

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/05/21	



BAHIA NÃO DESCARTA NOVOS EMPRÉSTIMOS APÓS MELHORA NA NOTA DO TESOUREIRO, DIZ SEFAZ



admin 27 Maio, 2021

Por: João Paulo Almeida

A Bahia obteve a nota B na Capacidade de Pagamento (Capag), indicador produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para avaliar a situação fiscal dos estados e municípios. Com esta classificação, o governo baiano encontra-se apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito. Em contato com o portal Bahia Econômica, a **secretaria da Fazenda do estado da Bahia (Sefaz)** afirmou que não descarta a possibilidade de novos empréstimos

“O governo baiano amortiza parte de suas dívidas antigas todos os anos. Assim, a contratação de novos empréstimos é comum e até recomendável na gestão das contas públicas estaduais, para viabilizar novos investimentos”, disse a secretaria que também afirmou que a capacidade de endividamento do estado está dentro de uma margem segura. “Conforme atestado pela STN, a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida da Bahia está em 56,87%. O teto previsto na legislação é 200%. A situação, portanto, é bastante confortável”, comentou.

Sobre a importância da melhora da nota a SEFAZ afirmou que “a nova nota restitui à Bahia um status a que o estado historicamente sempre fez jus: por mais de uma década, o governo baiano vem mantendo o perfil de endividamento entre os mais baixos do país, preserva sua capacidade de investimento, fixando-se em segundo lugar neste quesito no ranking dos estados entre 2015 e 2020 (total de R\$ 14,9 bilhões aplicados), e conduz um pioneiro programa de qualidade do gasto que já resultou em economia real de R\$ 7,8 bilhões desde 2015”, disse.

publicidade



publicidade

bahia

Últimos dias para placas de final 5 e 6 terem desconto de 5% no IPVA

Proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 devem pagar o imposto até este mês

Da Redação

redacao@correio24horas.com.br

27.05.2021, 07:57:00

Atualizado: 27.05.2021, 07:58:17



publicidade



publicidade

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO - IPVA 2021					
FINAL	PARCELAMENTO			PAGAMENTO EM COTA ÚNICA	
	1ª COTA até	2ª COTA até	3ª COTA até	COM DESCONTO DE 5%	SEM DESCONTO
1	30/03/2021	29/04/2021	28/05/2021	30/03/2021	28/05/2021
2	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021	31/03/2021	31/05/2021
3	29/04/2021	27/05/2021	29/06/2021	29/04/2021	29/06/2021
4	30/04/2021	28/05/2021	30/06/2021	30/04/2021	30/06/2021
5	27/05/2021	29/06/2021	29/07/2021	27/05/2021	29/07/2021
6	28/05/2021	30/06/2021	30/07/2021	28/05/2021	30/07/2021
7	29/06/2021	29/07/2021	30/08/2021	29/06/2021	30/08/2021
8	30/06/2021	30/07/2021	31/08/2021	30/06/2021	31/08/2021
9	29/07/2021	30/08/2021	29/09/2021	29/07/2021	29/09/2021
0	30/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	30/07/2021	30/09/2021

Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e assine o **Jornal Correio** por apenas R\$ 5,94/mês.

Vencem nesta quinta (27) e na sexta (28), respectivamente, os prazos para os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.



publicidade

MUITO PRAZER,
SOMOS A UNIPAR!
Há mais de **50 anos** melhorando
a qualidade de vida das pessoas
Conheça mais em @grupounipar.

FAZ A QUÊÇA ACONTECER

UNIPAR

publicidade

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 5, 6, 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/05/21	



VEÍCULOS COM PLACAS FINAL 5 E 6 TÊM ÚLTIMOS DIAS DE DESCONTO NO IPVA



admin 27 Maio, 2021

Vencem nesta quinta (27) e na sexta (28), respectivamente, os prazos para os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 5, 6, 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o

prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Foto: Camila Souza/GOVBA

Veículos com placas de final 5 e 6 têm últimos dias de desconto de 5% no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Vencem nesta quinta (27) e na sexta (28), respectivamente, os prazos para os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do

Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 5, 6, 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Bahia: últimos dias para quitar IPVA de veículos final 5 e 6



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Vencem nesta quinta-feira (27) e na sexta-feira (28), respectivamente, os prazos para os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento

da transação.

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 5, 6, 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site, Canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/05/2021	



Veículos com placas de final 5 e 6 têm últimos dias de desconto de 5% no IPVA

26 maio 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Vencem nesta quinta (27) e na sexta (28), respectivamente, os prazos para os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 5, 6, 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 27/05/2021	Página: 02

Tribuna

Isenção aprovada

A Câmara Municipal de Salvador aprovou ontem o projeto de indicação do vereador Átila do Congo (Patriota) para isentar em até 50% a taxa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2021 e 2022 para os motoristas por aplicativo da Bahia. A proposta surgiu após a prorrogação da taxa de ICMS para os comerciantes no estado por decisão do governador Rui Costa (PT). O projeto 197/2021 seguirá para o gabinete do chefe do executivo estadual e será analisado para sanção.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 27/05/2021	Página: 06

Tribuna

IPVA para veículos com placas 5 e 6 pode ser pago com desconto

A Secretaria da Fazenda do Estado alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 devem pagar o imposto até este mês.

Vencem nesta quinta (27) e na sexta (28), respectivamente, os prazos para os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda

do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Cidade
Data: 27/05/2021	Página: --



Últimos dias para placas de final 5 e 6 aproveitarem desconto de 5% no IPVA

A Secretaria da Fazenda do Estado alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 devem pagar o imposto até este mês

Tribuna da Bahia, Salvador

27/05/2021 08:20 | Atualizado há 1 hora e 28 minutos



Foto: Romildo de Jesus

Vencem nesta quinta (27) e na sexta (28), respectivamente, os prazos para os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba)** alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Últimos dias para placas de final 5 e 6 terem desconto de 5% no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

da transação.

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 5, 6, 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br (Fonte: Correios 24h)

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Vencem nesta quinta (27) e na sexta (28), respectivamente, os prazos para os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 7, 8, 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem nos próximos meses: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 28 e 31 de maio, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento



salvador

Câmara aprova projeto que pede ao Estado redução do IPVA para motoristas por app

Projeto prevê isenção de 50% da taxa do imposto de 2021 e 2022. Apesar da aprovação no legislativo da capital, decisão depende do Governo do Estado

Da Redação
redacao@correio24horas.com.br

26.05.2021, 19:33:46
Atualizado: 26.05.2021, 19:46:39



(Reprodução)

Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e assine o [Jornal Correio](#) por apenas R\$ 5,94/mês.

A Câmara Municipal de Salvador aprovou, nesta quarta-feira (26), um projeto para isenção em até 50% a taxa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2021 e 2022 para os motoristas por aplicativo do estado. O PL é de indicação do vereador Átila do Congo. No entanto, como o imposto é estadual, a validação precisa ser do Governo do Estado. De acordo com o vereador Átila do Congo, o projeto será encaminhado para o governador Rui Costa, que é quem delibera sobre o tema.

Ainda segundo o vereador, a proposta surgiu após a decisão do próprio Governo do Estado em prorrogar a taxa de ICMS para os comerciantes. De acordo com o texto do projeto aprovado pela Câmara nesta quarta, a medida visa reduzir os impactos no bolso da categoria após um ano de oscilação no comércio e com inúmeras restrições de circulação de pessoas, causando prejuízo ao rendimento mensal dos trabalhadores.

Para o vereador Átila do Congo, a medida traria alívio para a categoria. "Esses profissionais são essenciais, não deixam de rodar pelas cidades e nem podem, já que muita gente, como os trabalhadores da saúde, utilizam o serviço, dentre outros. Com isso, os gastos com gasolina e manutenção do veículo continuam a existir, nada mais justo que reduzir o sofrimento no bolso desses profissionais tão importantes para o transporte da população", disse.

Salvador está com as finanças em alerta amarelo, diz secretária da Fazenda



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em entrevista ao Isso é Bahia, a secretária sinalizou para a redução do repasse do SUS, em relação a 2020 | Foto: Rodrigo Tardio

'Salvador caminha para um sinal amarelo escuro nas finanças e, com o agravamento nos casos do novo coronavírus, a área da saúde poderá sofrer mais pressão'. A declaração foi feita pela secretária da Fazenda da capital baiana, Giovanna Vítor, no programa Isso é Bahia, da Rádio A Tarde FM, desta quarta-feira, 26.

Durante a entrevista, a secretária sinalizou para a redução do repasse do Sistema Único de Saúde (SUS), em relação a 2020, e ainda para a queda na **arrecadação** do Imposto Sobre Serviço (ISS).

Os repasses do SUS para o enfrentamento à pandemia de Covid-19 na capital baiana teve uma redução de 57% no primeiro quadrimestre de 2021, em comparação com o mesmo período de 2020, de acordo com dados divulgados pela Secretaria da Fazenda de Salvador.

No ano passado, no primeiro quadrimestre, os valores de repasse do SUS atingiram R\$ 54 milhões, já este ano o número de recursos destinados a pandemia caiu para R\$ 23 milhões.

A titular da Sefaz explicou que existe uma parcela de verba do SUS que varia de acordo com a política pública da União, que está chegando com uma redução, em comparação a 2020. 'O governo federal não previu a pandemia para 2021. Ele mandou uma proposta de lei orçamentária e não colocou recursos a mais em 2021 para combater a pandemia'.

"Nós já temos uma capacidade de leitos de UTI instalada funcionando há 5 meses. O que estamos pleiteando, além de regular os leitos, é que a gente receba os recursos que investimos do Tesouro do município, recursos próprios, nesses primeiros 5 meses", disse a secretária,

A secretária ponderou que a prefeitura está fazendo todas as tratativas para manter a saúde financeira, mas precisa do apoio da União. 'O prefeito Bruno Reis tem mantido um diálogo técnico junto ao governo federal para a liberação dos recursos. Existem critérios para que a União repasse verba para os equipamentos em

funcionamento pela prefeitura de Salvador', destaca.

'O que nós estamos pleiteando, além de regular os leitos, é que a gente receba os recursos que nós investimos do nosso recurso próprio do tesouro do município nesses primeiros cinco meses. Então, a gente quer receber desde a implantação do leito, não só agora, a partir de maio', completou.

Por causa do impacto causado durante a pandemia, houve queda na **arrecadação** do ISS, que impediu a realização de festas como o Carnaval. Em contrapartida, segundo a secretária, o recolhimento do IPTU com a cota única no início do ano foi positivo. 'A população de Salvador sabe que a gente utiliza esses recursos para garantir todos esses equipamentos da área de saúde'.

Durante a entrevista, a secretária garantiu a manutenção da saúde financeira da capital baiana, e pontuou que Salvador possui uma dívida líquida em zero.

<https://youtu.be/0BFxNPEMwp0>

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/05/21	



PORTUGUESES DISCUTEM INVESTIMENTOS NA BAHIA



admin 27 Maio, 2021

O vice-governador João Leão, secretário do Planejamento, recebeu nessa quarta-feira (26), uma delegação do Governo de Portugal. Na pauta, foram discutidos investimentos portugueses na Bahia, fortalecimento da cooperação técnica e internacional entre o país europeu e o governo baiano, projetos de turismo e de infraestrutura hídrica.

“A parceria com Portugal é antiga. Já temos termo de cooperação técnica para um programa de requalificação de Centros Antigos, que tem avançado muito. Nesta reunião, apresentamos o Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco baiano, que será a nova fronteira agrícola e industrializada do Estado. Falamos ainda de um projeto hídrico que a SIHS está desenvolvendo”, declara Leão.

Os secretários de Desenvolvimento Econômico (SDE), Nelson Leal, Turismo (Setur), Maurício Bacelar, e de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), Leonardo Góes, acompanharam a reunião, que também contou com a presença de Ricardo Alban, presidente da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb).

Um documento elaborado pela SIHS, sobre as oportunidades de investimentos e parcerias público-privada no setor de saneamento na Bahia foi apresentado à comitiva portuguesa. “Essa é uma alternativa para a universalização e operação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que envolvem a realização das atividades relacionadas à gestão comercial e a prestação desses serviços em nosso estado”, destaca o secretário Góes.

A delegação portuguesa foi composta pelo secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, o embaixador de Portugal, Luís Faro Ramos, o cônsul Geral, Jorge Fonseca, a assessora do Secretário de Estado, Catarina Dias, a conselheira Política, Isabel Pestana, e o diretor da Agência Portuguesa de Investimento, Francisco Costa. O empresário português José Coimeiro, sócio da Euroeste, empreendimento agropecuário em implantação no município de Barra, também esteve no encontro.

Foto: Ascom/Seplan

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/05/21	



AGRONEGÓCIO BAIANO VIVE BOM MOMENTO E EQUILIBRA ECONOMIA DO ESTADO



admin 27 Maio, 2021

O oeste baiano é considerado o maior polo agrícola e principal produtor de grãos do Nordeste brasileiro. Responsável por 24,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado o oeste baiano. O PIB do setor – que registrou uma expansão de 11,7% entre 2020/2021, em relação a 2019 – contribui para alavancar o desempenho econômico da região, que é composta por 24 municípios, entre os quais Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, São Desidério e Correntina. São cidades que representam, hoje, uma Bahia economicamente próspera mesmo em meio à crise sanitária, decorrente da pandemia do coronavírus, que, no país, já ceifou a vida de quase 435 mil brasileiros até o momento.

O secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado, João Carlos da Silva, ressalta que o agronegócio baiano tem sido importante para a manutenção do equilíbrio na balança econômica da Bahia. “O agronegócio baiano tem sido importante para a balança econômica do estado. Em 2020, por exemplo, o agro foi responsável por 24,4% do PIB da Bahia. As notícias sobre a produtividade e a produção recorde de soja, que aumentou 11,7% em 2020/2021, e o considerável percentual de 51% das exportações da Bahia de 2020 foram do agronegócio. Como bom exemplo, temos o oeste baiano que é uma referência de produção e produtividade. A nossa pasta faz um trabalho de incentivo aos produtores rurais e associações que impactam positivamente nas cadeias produtivas”, destaca o gestor estadual.

Para o presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Odacil Ranzi, a agricultura do oeste baiano atingiu o estágio de excelência atual devido a um conjunto de fatores, entre os quais os períodos de chuva e estiagem bem definidos; a introdução de tecnologias em sementes, máquinas, insumos químicos e biológicos; e a adoção de técnicas de manejo que visam proteger o solo, dando uma característica mais sustentável dos pontos de vista ambiental e socioeconômico. “Nesta safra, a produção de soja, na região, atingiu, mais uma vez, volume recorde de 6.834.000 toneladas, cultivadas em 1,7 milhão de hectares, registrando 67 sacas por hectare, que representa o maior índice de produtividade do Brasil. O milho, que está com a colheita em andamento, deve superar a safra passada, produzindo 1,8 milhão de toneladas, e o algodão promete alcançar ou superar os números da última safra, mesmo com a redução da área plantada. Estamos produzindo cada vez mais, na mesma área. Esse é o presente e o futuro da agricultura”, avalia Odacil.

O dirigente da Aiba ressalta ainda que, ao longo dos 30 anos de existência, a entidade tem sido parceira dos agricultores da região, liderando as lutas de interesse do setor nas três esferas de governo, articulando iniciativas de busca pela tão desejada segurança jurídica, desenvolvendo programas de infraestrutura, que já construíram, em parceria com a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) e municípios, mais de 150 quilômetros de rodovias pavimentadas. “A Aiba tem sido fundamental, também, como centro de sistematização e organização de informações geográficas, agronômicas e meteorológicas. Hoje, essa instituição se faz cada vez mais necessária e produtiva”, pontua Odacil. (A tarde)

Veículo: Bahia.BA	
Data: 27.05.2021	Caderno: Economia

Publicado em 27/05/2021 às 10h02.

Cepa indiana não chegou na Bahia, mas pode chegar

Alerta é feito pelo secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas

Motivo de preocupação em todo o mundo, a cepa indiana, variante do novo coronavírus, não foi detectada até o momento na Bahia. Contudo, o estado está em alerta sobre essa nova mutação do vírus que provoca a Covid-19.

Em comunicado à imprensa nesta quinta-feira (27), o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, sinalizou que a propagação da cepa continua crescente.

“Não temos ainda a nidificação, até o presente momento, mas não é garantia de que não virá. Já há relatos de prováveis entradas em outros estados, que tão sendo investigadas”, disse.

De acordo com ele, apesar de ser difícil evitar a entrada da cepa indiana na Bahia, é possível traçar estratégias para retardar o contágio. “Infelizmente, o planeta hoje é global, não tem como fechar. Ainda mais em um país como o Brasil, com múltiplas entradas e fronteiras não monitoradas. O que a gente deveria fazer é tentar conter o vírus nos locais onde forem evidenciadas suas aparições, com isso a gente retarda a transmissão deles.

Segundo informações da OMS (Organização Mundial de Saúde), a variante indiana provoca maior transmissibilidade e características que podem reduzir o efeito das vacinas produzidas contra a Covid-19.

Com RG clonado, contador é preso por crimes na BA

JOÃO PESSOA O contador Daniel Medeiros da Silva foi preso no dia 17 de maio, em João Pessoa, na Paraíba, em blitz da Polícia Rodoviária Federal. Ele estava de férias, com a esposa e os dois filhos, em João Pessoa. Após análise dos documentos, a PRF identificou que havia um mandado de prisão contra Daniel por participação em um crime cometido em Vitória da Conquista, no sudoeste da Bahia.

No entanto, Daniel e a família afirmam que os dados foram clonados e usados indevidamente pelo homem

que, de fato, cometeu os crimes. Daniel foi preso e, desde então, a defesa busca a revogação da prisão.

“Os policiais consultaram os documentos e viram que havia um mandado aberto no banco nacional de mandados, aguardando captura. O cidadão informou que provavelmente estaria sendo vítima de uma fraude, e isso consta no boletim de ocorrência. A informação foi repassada para a polícia judiciária”, disse a inspetora Keila Melo, em entrevista à TV Globo.

Segundo o mandado, Da-

“ Os policiais consultaram os documentos e viram que havia um mandado aberto no banco nacional de mandados, aguardando captura **Keila Melo**

inspetora, em entrevista à Globo

niel teria participado de um crime contra bancos e fugido do presídio em Vitória da Conquista. De acordo com o delegado da Polícia Civil Luiz Eduardo, após a prisão, ele conseguiu uma foto do foragido e percebeu que se tratava de pessoas diferentes. Segundo Daniel e a família, ele nunca esteve na Bahia.

O advogado de Daniel, Maklyste Oliveira viajou para a Bahia para apresentar documentos, fotos e outros registros que comprovam que Daniel Medeiros não é o foragido que a Justiça procura. Um pedido de habeas

corpus e revogação da prisão foi feito, mas ainda aguarda análise.

“Daniel foi transferido para o presídio Sílvio Porto, em João Pessoa. Quanto ao processo, ele se encontra concluso para a juíza da Comarca de Barra do Choça, na Bahia. Uma desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia solicitou informações à juíza para posteriormente conceder a liminar”, informou o advogado.

A esposa do contador, Vanessa Melo, lamentou a situação e pediu que a Justiça seja célere na liberação do marido.

ECONOMIA

Programa de emprego para jovens vai oferecer bolsa de R\$ 600

ESTÍMULO O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o programa de emprego para jovens terá uma bolsa de R\$ 600, com o custo dividido entre o governo e empresas, além de contratos com períodos de duração de um ano. “O governo vai pagar R\$ 300 e as empresas vão pagar R\$ 300. As empresas pagando para dar curso de qualificação de mão de obra. É o treinamento no mercado de trabalho, no próprio emprego”, detalhou o ministro. De acordo com Guedes, já há empresas conversando com o governo porque querem conhecer melhor a proposta de treinamento de mão de obra. Um dos exemplos é o McDonald’s. O Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) e o Bônus de Inclusão de Qualificação (BIQ) já haviam sido anunciados pelo ministro, que justificou a demora para o lançamento por uma questão

●● O governo vai pagar R\$ 300 e as empresas vão pagar R\$ 300. As empresas pagando para dar curso de qualificação de mão de obra Paulo Guedes

Ministro da Economia, sobre programa para jovens

de encontrar recursos para garantir o período de um ano de contrato. “Nós temos recurso para este ano, mas em vez de lançar contrato de seis meses, nós estamos tentando arrumar já a ponte para o ano que vem, para poder ser um contrato de um ano pelo menos”, explicou. E acrescentou: “O jovem fica coberto por pelo menos um ano neste programa de treinamento. Treinamento com trabalho. Isso deve ser lançado também brevemente”. O BIP é a parte que demanda que o governo encontre os recursos para bancá-la. Já o BIQ é a contrapartida a ser paga pelas empresas, com a qualificação dos jovens durante o período de contrato.

Bahia cria 9,2 mil postos de trabalho no mês de abril

EMPREGOS A Bahia gerou 9.207 postos de trabalho com carteira assinada em abril deste ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem. O resultado decorre da diferença entre 52.539 admissões e 43.332 desligamentos no período. O estado liderou a geração de emprego formal no Nordeste e aparece no sexto lugar nacionalmente. Em todo o Brasil, houve 1.381.767 admissões e 1.260.832 desligamentos no mercado formal de trabalho, o que resultou na geração de 120.935 postos de trabalho. O destaque foi para o setor de serviços, que gerou 57.610 postos de trabalho, tendo admitido, ao longo do mês, 614.873 pessoas, e demitido 557.263. “[O resultado] parece pouco frente ao que gerávamos antes, mas temos que considerar que [abril] foi o mês em que se sentiu mais o impacto da segunda onda da covid-19”, destacou o ministro da Economia, Paulo Guedes. “Na primeira onda, ano passado, perdemos mais de 900 mil empregos. Agora, criamos 120 mil empregos. O Brasil está mostrando resiliência. Os programas estão funcionando. E, principalmente, a vacinação em massa está entrando. E é com isso que temos que contar para um retorno seguro ao trabalho”, analisou. Com o resultado, o estoque de empregos formais no país (quantidade total de vínculos com carteira assinada ativos) chegou a 40.320.857 – o que representa uma variação positiva de 0,30% sobre os 40.199.922 registrados em março.

957 mil é o total de empregos gerados no Brasil entre os meses de janeiro e abril

0,30% Foi o aumento no número total de trabalhadores com carteira assinada

CONTRATOS DE ESTÁGIOS PRORROGÁVEIS

SENADO APROVA O Senado aprovou ontem um projeto que permite a prorrogação de contratos de estágios que tenham se iniciado, estejam em andamento ou em conclusão durante a pandemia. A proposta, de autoria dos senadores Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Rodrigo Cunha (PSDB-AL), segue para análise da Câmara dos Deputados. O texto altera uma lei de 2008, que trata do estágio.

Atualmente, a legislação define que a duração do estágio, em um mesmo local, não pode ultrapassar 2 anos, exceto nos casos de estagiário com deficiência. A proposta acrescenta a essa lei um trecho que diz que, em razão da pandemia, os contratos poderão ser prorrogados: pelo tempo necessário à conclusão, no caso dos estágios obrigatórios; por até 6 meses, se não for obrigatório.

IMPOSTO DE RENDA

6,6MI

De brasileiros ainda não tinham apresentado a declaração do imposto de renda até a tarde de ontem. O prazo para a prestação de contas se encerra na próxima segunda-feira (dia 31), quando a Receita espera um total de lá 32 milhões de declarações

#IssoÉCidadania

AUXÍLIO EMERGENCIAL 2021.

É uma força para a família da Elisabete e para milhões de brasileiros.



O Auxílio Emergencial já beneficiou mais de 68 milhões de pessoas. Em 2021, o Governo Federal continua estendendo a mão para milhões de famílias brasileiras. Auxílio Emergencial 2021.

#IssoÉCidadania

Acesse
cidadania.gov.br/auxilio
e saiba mais.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA 

 @mincidadania

 Ministério da Cidadania

 @mincidadania

 MinCidadania

Serasa muda cálculo e dá mais peso a contas pagas

CRÉDITO A Serasa está modificando o cálculo do seu score de crédito e, agora, contas pagas em dia terão mais peso que dívidas passadas. Score é uma nota de 0 a 1.000 que mede risco de crédito do consumidor a partir de um cálculo estatístico com base no comportamento financeiro de cada um. Quem tem mais dívidas, tem uma nota menor do que quem paga as contas em dia. E, com base neste score, o custo do crédito tende a variar de pessoa para pessoa. A Serasa incluiu no novo cálculo, chamado de

Serasa Score 2.0, dados do SPC Brasil, o que aumenta a gama de informações disponíveis sobre os consumidores. “Antes, analisávamos muito a negatificação. Hoje, temos mais informações e podemos analisar hábito”, diz Lucas Lopes, diretor de produtos da Serasa. Por exemplo, se uma pessoa teve dívidas no passado —por lei, os birôs levam em conta apenas dívidas de até cinco anos atrás—, mas nunca atrasa o pagamento do cartão de crédito ou do financiamento imobiliário, o score irá me-

lhorar com a nova metodologia. Segundo Lopes, a maioria dos cadastrados irá melhorar sua pontuação. A mudança foi iniciada ontem pelo aplicativo. O birô estima que em até duas semanas, todos os CPFs já terão o novo score, tanto no app como no site. Também será lançado nos próximos dias o manual oficial da Serasa de como melhorar o seu score para combater dicas falsas que têm crescido na internet. Com o Cadastro Positivo, os birôs de crédito puderam ter acesso, sem autorização, a informações financeiras pessoais para montar o score de crédito dos brasileiros. Segundo o Banco Central, com o Cadastro Positivo, que começou a valer em outubro de 2019, reduziu-se o spread de operações de crédito pessoal em 10,4%.

PREÇO DO ETANOL DISPARA NO PAÍS E CHEGA A R\$ 6,494 NO SUL

SAFRA RUIM Os preços do etanol dispararam nos postos de todo país em maio, segundo pesquisa realizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) entre os dias 1º e 21 deste mês. Na região Sul, por exemplo, foi possível encontrar o combustível por até R\$ 6,494 o litro. Na região Sudeste, por sua vez, o valor médio do etanol no acumulado do mês é de R\$ 4,123, mas chegou a registrar até R\$ 5,999. Com o período de colheita da cana de açúcar e produção de álcool geralmente dentro do intervalo de abril e dezembro, o preço do etanol deveria estar em queda agora, mas não é isso que está acontecendo. A safra foi impactada pela quantidade baixa de chuvas no último verão.

Brasileiro já deixou de pagar R\$ 10 bilhões em juros

CHEQUE ESPECIAL Em quase um ano e meio em vigor, a regra que limitou em 8% ao mês (151,8% ao ano) os juros do cheque especial fez as pessoas físicas economizarem mais de R\$ 10 bilhões. A estimativa consta de relatório publicado ontem pelo Banco Central (BC). Segundo a análise do BC, o volume de concessões do cheque especial caiu no ano passado, após a entrada em vigor dos novos limites, em janeiro de 2020. No entanto, essa queda, informou a autoridade monetária, ocorreu por causa do pagamento do auxílio emergencial, que diminuiu a demanda por essa modalidade de crédito. No fim das contas, o BC avalia que a imposição de um teto para os juros do cheque especial melhorou a situação do consumidor. De acordo com o BC, a medida teve pouco efeito sobre as pessoas jurídicas, cuja taxa permaneceu no mesmo nível.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,3128	R\$ 5,3133
Dólar Turismo	R\$ 5,3300	R\$ 5,4670
Euro turismo	R\$ 6,5100	R\$ 6,6800

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	123.989,17	+0,81%

POUPANÇA

27/05/2021	0,1590%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,31%	2,37%	6,76%
INPC/IBGE	0,38%	2,35%	7,59%
IGP-M/FGV	1,51%	9,89%	6,68%

CONFIANÇA

2,2MI

Pontos foi a alta no registrada Índice de Confiança da Construção em maio, segundo divulgou ontem a Fundação Getúlio Vargas. Foi a primeira alta registrada neste ano. Em médias móveis trimestrais, porém, o índice recuou 1,6 ponto, pela quinta vez seguida

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

As pedras no caminho do PIB

Os economistas têm aumentado as estimativas de crescimento deste ano, mas mantido o cortado os números do ano que vem. Há várias pedras no caminho do PIB que explicam esse otimismo de curta duração dos grandes bancos e consultorias. A economia brasileira se mostrou mais resiliente aos efeitos da segunda onda da pandemia no primeiro trimestre, e por isso as projeções de 2021 estão indo para a casa de 4%. Mas há uma série de obstáculos no ano que vem: inflação elevada, juros em alta, e a polarização política do ano eleitoral que aumentará as incertezas sobre os rumos do país.

A LCA Consultoria revisou sua projeção de PIB de 2,8% para 4% este ano. Mas cortou de 2,8% para 2,5% o número do ano que vem. O banco BNP Paribas mudou de 2,5% para 4,5% o crescimento de 2021, mas agora estima inflação de 6% em dezembro. Há sete semanas o mercado aumenta a projeção para o IPCA deste ano e para o ano que vem a taxa começa a se distanciar do centro da meta de 3,5%.

Com isso, têm subido as expectativas para a Selic. A “torre” dos juros que o ministro

Paulo Guedes dizia ter derrubado já está se recompondo. Há casas estimando que a taxa chegará a 7% em meados de 2022, acima dos 6,5% do início do atual governo. O aumento dos juros terá dois efeitos sobre a atividade. Primeiro, vai encarecer as linhas de crédito e desacelerar as concessões de empréstimos. Segundo, vai estimular o aumento da poupança, afetando o consumo de curto prazo.

Os juros mais altos poderiam derrubar o dólar. Isso seria ruim para os exportadores, mas aumentaria a confiança das famílias e facilitaria os investimentos via importação. Mas aí entra em cena a incerteza política e a polarização eleitoral estimulada pelo presidente Jair Bolsonaro. Esse cenário pode manter o real pres-

Há uma série de obstáculos no ano que vem: inflação elevada, juros em alta, e a polarização política do ano eleitoral que aumentará as incertezas sobre os rumos do país

cionado e postergar os investimentos.

A agenda de reformas esperada para este ano é de projetos magros, com grandes concessões ao Congresso. A autonomia do Banco Central só passou com a adoção de um duplo mandato, a reforma administrativa já excluiu os atuais servidores e poupou os super-salários, a privatização

da Eletrobras provocará aumento na conta de luz. A reforma tributária, que mal havia saído do lugar, recuou dez casas no tabuleiro, e tudo indica que certo mesmo é a aprovação de um Refis. A equipe econômica não quer se envolver nas discussões dos impostos estaduais, e é justamente daí que viriam os maiores ganhos de produtividade para a economia.

O ritmo de vacinação caiu em maio, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, mostrou em apresentação que ela tem ficado abaixo do esperado (veja o gráfico). Ainda há o risco de uma nova piora da pandemia, que tornaria o cenário mais incerto.

DUPLA DEPENDÊNCIA

Não está só nas exportações de

dependência do país em relação à China. Segundo levantamento inédito da CNI, os chineses ampliaram sua participação também nas importações feitas pelo Brasil. No ano passado, 21,9% dos produtos comprados por brasileiros foram produzidos na China. A CNI destaca o aumento de itens chineses com maior valor agregado, roubando mercado de europeus e americanos. “Num olhar geral de 15 setores principais de importação do Brasil, a China cresceu em 11, manteve participação em três e caiu em apenas um”, diz a CNI.

USO DA MÁQUINA

A queda do presidente da Previ, José Maurício Coelho, mostra que não para em pé a explicação do ministro Paulo Guedes de que o governo só tem feito trocas em altos cargos de estatais no término de seus mandatos. Se com Roberto Castello Branco, da Petrobras, foi assim, Coelho ainda tinha mais um ano à frente do maior fundo de pensão do país. Com a Caixa já alinhada ao projeto de reeleição de Bolsonaro, parece que agora chegou a vez de o governo enquadrar o Banco do Brasil e a Previ. **POR ALVARO GRIBEL. MIRIAM LEITÃO ESTÁ DE FÉRIAS.**

BRASIL

AGU PREPARA NOVA
AÇÃO CONTRA
LOCKDOWN

PANDEMIA A Advocacia Geral da União (AGU) prepara uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra medidas restritivas impostas por governadores e prefeitos para conter o avanço da pandemia. A reportagem apurou que a peça deve ser entregue na próxima segunda-feira.

O pedido deve usar como argumento o inciso XV, do artigo 5º da Constituição, que garante a livre locomoção em território nacional. "É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens", diz o texto.

Em março, o próprio presidente Jair Bolsonaro entrou com uma ação para tentar derrubar decretos da Bahia, do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul que determinaram "toques de recolher" como estratégia de enfrentamento da covid. O pedido foi rejeitado pelo ministro Marco Aurélio Mello. Na ocasião, o decano do STF entendeu que caberia à AGU formalizar o pedido.

QUEIROGA DEMITE
SUPERINTENDENTE
NO RIO

FRAUDE O coronel George Divério foi demitido do cargo de superintendente do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro. A demissão foi publicada, ontem, no Diário Oficial da União. Divério foi nomeado para o cargo durante a gestão do ex-ministro Eduardo Pazuello. Antes, era diretor da Fábrica da Estrela, ligada às Forças Armadas.

O motivo para demissão não foi revelado, mas, em 18 de maio, o então superintendente foi implicado em uma possível fraude em contratos da Saúde do Rio de Janeiro, reportada pelo Jornal Nacional.

Em novembro de 2020, o Ministério da Saúde assinou dois contratos sem licitação no valor total de R\$ 28,9 milhões para reformas no Rio de Janeiro. O motivo para a dispensa de licitações foi a pandemia, de acordo com o ministério.

Mas os acordos foram anulados pela Advocacia Geral da União. O órgão negou as duas dispensas de licitação e pediu investigação para apurar "indícios de conluio entre os servidores e a empresa contratada".

Além da anulação pela AGU, o contrato de maior valor, de R\$ 19,9 milhões, foi firmado com a empresa SP Locação e Serviços. O único contrato anterior com o governo tem ligação com a fábrica antes dirigida pelo Coronel Divério.

Governadores pedem 10
milhões de doses a Biden

VACINA O Fórum de Governadores do Brasil pediu "ajuda humanitária" ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e solicitou 10 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 por meio de ofício divulgado ontem. O pedido aconteceu depois que o presidente americano anunciou que distribuirá internacionalmente 80 milhões de doses de imunizantes até o fim do mês de junho, para outros países. O governo dos EUA informou que comprou doses de vacinas contra a covid suficientes para vacinar três vezes a população americana.

O documento foi assinado pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT), coordenador da temática "Estratégia para a vacina contra a covid-19" do Fórum de Governadores do Brasil. Na avaliação do governador piauiense, o pedido é um apelo diante do momento atual e de uma possível terceira onda com números expressivos de óbitos a partir de novas e mais letais variantes do coronavírus. O país já registrou mais de 440 mil mortes devido ao vírus.

"Essa trágica situação faz

com que o Brasil figure, junto com a Índia, na classificação de alto risco, caracterizando-o como potencial deflagração de uma grave crise social e econômica sem prece-

“ É necessário considerar que 80% da população brasileira ainda não foi vacinada, o que potencializa sobremaneira os riscos de disseminação da doença Wellington Dias

Governador do Piauí

dentos, com consequências negativas para além das suas fronteiras", diz o governador no ofício. "Ademais, é necessário considerar que, lamentavelmente, 80% da população brasileira ainda não foi vacinada, o que potencializa sobremaneira os riscos de disseminação da doença".

O México recebeu dos EUA, na última quinta-feira (20), quase 1,2 milhão de doses da vacina de Oxford/Astrazeneca. Os outros países que também serão beneficiados com o envio ainda não estão definidos.

A Casa Branca informou na terça-feira (25) que mais da metade de todos os adultos dos EUA estão completamente vacinados contra a covid-19. Os casos da doença no país, que já foi o epicentro da pandemia, estão em queda. Mais de 400 acadêmicos, entre brasileiros radicados nos EUA e americanos estudiosos do Brasil, lançaram segunda-feira, uma carta aberta ao presidente Biden na qual pedem que o mandatário contemple o Brasil com doação de vacinas contra a covid-19.

NELSON JR./STF



Ministro do STF classificou o pedido da PGR para retirar a investigação de suas mãos como "sui generis"

Moraes nega
recurso e se
mantém relator
de investigação

JUSTIÇA O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), frustrou investida da Procuradoria-Geral da República (PGR) para blindar o governo de Jair Bolsonaro e aliados e barrou tentativa do órgão chefiado por Augusto Aras de tirar de sua relatoria a investigação que fez buscas contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o presidente afastado de

Ibama, Eduardo Bim. Moraes indeferiu ontem o pedido do vice-procurador-geral da República, Humberto Jacques de Medeiros, para que os autos da Operação Akuanduba fossem enviados à ministra Cármen Lúcia.

Logo na primeira linha de sua decisão, Moraes classificou o pedido da PGR para retirar a investigação de suas mãos como "sui generis" - expressão em latim que significa peculiar. "Não há qualquer dúvida sobre a competência desse relator para prosseguir na relatoria", frisou.

Após a decisão de Moraes, Humberto Jacques entrou com novo recurso no STF para tentar reverter a recusa

de Moraes em abdicar da relatoria da ação. No agravo regimental, o procurador apresenta duas alternativas: levar a questão ao presidente da Corte, Luiz Fux, ou diretamente ao plenário do tribunal.

O pedido para a troca de relatoria da Operação Akuanduba também chegou a Fux, em ofício elaborado por Aras. Moraes reagiu internamente com irritação diante do pedido do PGR para retirá-lo do processo que tem Salles como alvo.

Nos bastidores do Supremo, o ministro tem dito que isso não passa de uma manobra do procurador-geral para defender o governo e o próprio Salles.

TCU ADIA
JULGAMENTO
DE PAZUELLO

EX-MINISTRO O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) acatou o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) que solicitou o adiamento por 30 dias do julgamento do processo que trata da condução do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello frente à pandemia. O relator, Benjamin Zymler, concedeu ainda mais 30 dias, após a exposição da defesa, para recolocar o processo na pauta.

Na última sessão, Zymler já havia informado que tendia a acatar a proposta da AGU, mas queria o plenário cheio para submeter a matéria aos demais colegas. O parecer de Zymler fala em "possíveis omissões" do ex-ministro da Saúde

SALLES FALTA A
REUNIÃO DE
CONSELHO

MEIO AMBIENTE O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, repreendeu o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, devido à ausência dele em uma reunião, ontem, do Conselho da Amazônia Legal. Segundo Mourão, Salles não justificou o não comparecimento e tampouco enviou outro representante da Pasta para o encontro.

"Nós precisamos de cooperação. Foi o que eu conversei com os ministérios aqui presentes. Lamento a ausência do ministério mais importante, que não compareceu à reunião nem mandou representante, que é o Ministério do Meio Ambiente. Lamento profundamente", disse.

Mourão comanda as ações do conselho, que foi criado no ano passado pelo governo com o objetivo de coordenar as ações voltadas para proteção, defesa e desenvolvimento sustentável da Amazônia, e conta com a participação de 15 pastas do Executivo.

SETOR CIENTÍFICO

R\$ 1,9 BI

É o valor do crédito suplementar para o financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas. O recurso está previsto em um projeto de lei enviado ao Congresso pelo presidente Bolsonaro. O crédito deverá bancar projetos por meio de recursos sob supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O fundo tem o objetivo de financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico no país

Tribuna

17 hospitais da Bahia operam no limite

Desses, dois hospitais estão com 100% de ocupação nos leitos de UTI na capital baiana

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Dezessete hospitais de diferentes cidades baianas estavam com 100% de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para Covid-19 durante o dia de ontem (26). Dois deles em Salvador. Como existe muita rotatividade, vagam leitos ou faltam ao longo de cada dia, o quadro desta quarta-feira pode apresentar outra realidade e a torcida é para que a situação melhore. Mas, a situação da pandemia é preocupante em todo o estado.

Na capital baiana, o Hospital Eládio Lasserre e a Maternidade Professor José Maria de Magalhães estavam com UTIs totalmente ocupadas para adultos em todos os seus leitos para Covid-19. Além disso, o Hospital do Subúrbio e o Hospital Covid Itaigara operavam praticamente com a capacidade máxima, com 98% dos leitos de UTI ocupados em cada unidade. No Eládio Lasserre, também há 100% de ocupação dos leitos clí-

nicos. A falta de leitos clínicos ainda ocorre no Hospital Covid Itaigara.

Ainda na região Leste estavam com 100% de ocupação de leitos de UTI adulto para Covid os hospitais: Santa Helena em Camaçari e o Regional de Santo Antônio de Jesus.

Na região centro-oeste, o hospital de Feira também operava com ocupação máxima de leitos de UTI. Segunda maior cidade do estado, além de 100% de ocupação dos leitos de UTI no Hospital de Campanha, não há mais vagas para leitos clínicos no Hospital Clériston Andrade e na UTI pediátrica do Hospital Estadual da Criança.

Na região Norte, o Hospital Regional Dr Mário Dourado Sobrinho, em Irecê, também não tinha vagas. Em Remanso, o Hospital São Pedro apontava ocupação de 100% e em Paulo Afonso o Hospital da cidade não tinha mais vagas de UTI Covid adulto.

Na região Oeste, o Hospital Itiba, em Barreiras, o Santa Rita em Ibotirama e o Municipal Carmela Dutra em Bom Jesus da Lapa apontavam ocupação máxima.

NO LIMITE
Hospital do Subúrbio está com 98% dos leitos ocupados



Na região Sudoeste, o hospital de Caetité e o regional de Guanambi também apontava 100% de ocupação para leitos de UTI Covid adulto. Na região Sul, o hospital Vida Memorial de Ilhéus, o Calixto midleje e o São Vicente em Jequié também estavam com taxas de ocupação de 100%.

Das nove macrorregiões

de saúde do estado, três estão com os níveis de ocupação de leitos de UTI Covid acima de 90%: Sudoeste (91%), Extremo-Sul (93%) e Oeste (96%).

A demanda por leitos clínicos em Salvador, inclusive, tem preocupado o prefeito Bruno Reis. "Há uma procura grande por leitos clínicos. Isso indica que os pa-

cientes estão chegando com sintomas mais leves, porém, o número é expressivo. Já começa a ter uma pressão sobre as UPAs e isso confirma que podemos estar diante de uma terceira onda ou do recrudescimento da segunda onda, ou seja, ela caiu, estabilizou e voltou a crescer", declarou o prefeito.

Foto: divulgação

No último fim de semana, em função dos números mais recentes relacionados à Covid, o governo da Bahia anunciou a prorrogação do toque de recolher até a próxima terça. "Ligamos a sirene de alerta. Infelizmente, o coronavírus não foi embora e o crescimento de casos é generalizado por toda a Bahia. Se não fizermos nada, um novo colapso se avizinha, então quero pedir o apoio da população no cumprimento das medidas restritivas", disse o governador Rui Costa.

Continua restrita a locomoção entre as 21h e 5h do dia seguinte na maior parte do estado. Nas regiões da Chapada, Oeste, Sudoeste e Extremo-Sul - as três últimas regiões com piores índices de ocupação de leitos de UTI, o toque de recolher vigora entre as 20 horas e às 5 horas.

Além disso, em 24 municípios do Oeste baiano está permitido somente o funcionamento de serviços essenciais até o domingo (30). Restaurantes, bares e congêneres poderão funcionar apenas de portas fechadas, na modalidade de entrega em domicílio (delivery).

Tribuna

RAUL MONTEIRO

A disputa da "coisa antiga" na sucessão baiana

Pré-candidato assumido à sucessão do governador Rui Costa (PT) em 2022, o senador Jaques Wagner (PT) ofereceu bem poucos motivos ao eleitor para votar nele ao falar, durante entrevista no final de semana passado, sobre o legado de 16 anos que seu partido estará completando no comando do Estado no próximo ano. À pergunta simples e direta "O que o senhor destacaria nesse legado petista na Bahia?", Wagner retrucou: "A mudança do jeito de fazer política", para, logo em seguida, dirigir uma série de críticas ao ex-prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), nome com que as oposições pretendem enfrentá-lo nas urnas.

"Ele (o ex-prefeito de Salvador ACM Neto) representa uma coisa antiga, independentemente da idade, porque o estilo de fazer política dele não é diferente do que o DEM, ou o PFL, sempre fizeram na Bahia. É impositivo, restritivo, só sobrevive quem ele quer. Basta ver os últimos episódios, a eleição para a presidência da Câmara, ele

não está tão bem nem no partido dele", continuou o petista, buscando unir numa única frase críticas, a maioria veladas, que mesmo aliados dirigem ao estilo centralizador e talvez, no plano político e administrativo, impositivo do democrata, como assinalou Wagner.

Mas qual é mesmo a novidade eleitoral que a propalada mudança no jeito de fazer política do PT representa? Quando foi eleito governador da Bahia, pela primeira vez, em 2006, Wagner, justificadamente, se gabava de ter derrotado um grupo cujo poder político era exercido de forma autocrática. No momento de concorrer à reeleição, pontuava que o legado de seu primeiro governo fora exatamente o mesmo. Quatro anos depois, na hora de passar o bastão para o sucessor, repetiria o discurso. Em 2022, ano em que o petista Rui Costa terá concluído seu segundo mandato, será que ele acha que o mesmíssimo argumento poderá convencer alguém a votar nele?

Se, na primeira oportunidade em que confirmou a um veículo de



porte nacional sua candidatura à sucessão estadual, o ex-governador da Bahia não foi capaz de se recordar de nenhuma obra infraestrutural ou de nenhuma política pública que tenham marcado a história de vida dos baianos, nem mesmo da implantação de um estilo de gestão que tenha impactado a forma de conduzir o Estado, o mais provável é que, de fato, não reconheça nada digno de nota e esteja mesmo correto de que não há nada de que valha a pena lembrar ou enfatizar, além da, como sinalizou, "mudança do jeito de fazer política".

A avaliação não deixa de indiretamente reforçar uma certa crítica de que governos petistas estaduais foram, quando muito, parasitários do sucesso da gestão econômica petista nacional e do impacto de suas ações sociais no país. E, no caso da Bahia, a despeito do esforço pela manutenção do controle fiscal, notadamente a partir da gestão Rui Costa, que o partido não atentou para a importância de tentar reverter os crescentes índices de empobrecimento do Estado, com reflexos diretos na vida da população. Saída da Ford, desistência da JAC Motors são alguns exemplos de insucesso, mas, infelizmente, não são os únicos.

* Raul Monteiro é editor da coluna Raio Laser e do site Política Livre e escreve neste espaço às quintas-feiras.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/05/2021	



Bahia cria 9,2 mil postos de trabalho em abril e lidera geração no Nordeste

26 maio 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

A Bahia gerou 9.207 postos de trabalho com carteira assinada em abril deste ano, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O resultado decorre da diferença entre 52.539 admissões e 43.332 desligamentos. Dessa forma, a Bahia liderou a geração de emprego formal no Nordeste no mês. Os dados são do Ministério da Economia, que divulgou nesta quarta-feira (26) as estatísticas mensais do emprego formal, através do Novo Caged, sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan).

Apesar do contexto sanitário mundial atípico, o estado ocupou a primeira posição em relação à geração de posições celetistas dentre os estados nordestinos e a sexta dentre os estados brasileiros em abril de 2021. No Nordeste, seis estados criaram vagas de trabalho. A Bahia (+9.207 postos) foi acompanhada por Pernambuco (+4.798 postos), Ceará (+3.297 postos), Maranhão (+3.056 postos), Piauí (+2.060 postos) e Paraíba (+690 postos). Em contrapartida, Alagoas (-3.208 postos), Sergipe (-92 postos) e Rio Grande do Norte (-61 postos) encerraram posições celetistas.

“Essa marca é excepcional, sobretudo neste momento de enfrentamento à crise sanitária da Covid-19. Reflete também o trabalho de interiorização dos investimentos, promovido pelo Governo do Estado, que sinaliza o índice de 86% dos novos empreendimentos indo para as cidades do interior. Além disso, a Bahia tem atualmente 198 empreendimentos em processo de implantação, em 72 municípios, com aporte de R\$ 45,4 bilhões e oferta potencial de 17,4 mil postos de trabalho. Cerca de 60% desses investimentos estão previstos para entrarem em operação até 2022”, aponta o vice-governador João Leão, secretário do Planejamento.

Classificando os setores de atividade econômica em cinco grandes grupos, todos apresentaram saldos positivos em abril de 2021: Serviços (+4.761 postos), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+1.568 postos), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (+1.203 postos), Indústria geral (+879 postos) e Construção (+796 postos). No grupamento que mais gerou, o de Serviços, destacou-se a área de Saúde Humana e Serviços Sociais com a criação de 2.483 postos.

No acumulado dos quatro primeiros meses do ano, a Bahia (+52.362 postos) seguiu a tendência apresentada pela região nordestina (+88.576 postos) e pelo país (+957.889 postos). O estado ocupou a primeira posição no Nordeste, seguido pelo Ceará (+20.026 postos). No Brasil, o estado baiano está no sexto lugar, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo. A capital do estado também apresentou saldo positivo em abril (+1.658 postos) e no acumulado do ano (+12.275 postos).

Fonte: Ascom/SEI

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/05/2021	



Bahia recebe lote com 351.750 mil doses da vacina AstraZeneca

26 maio 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Um novo carregamento com vacinas da AstraZeneca/Fiocruz chegou à Bahia na manhã desta quarta-feira (26). Foram recebidas 351.750 doses do imunizante que, após a conferência da Coordenação de Imunização da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), serão encaminhadas para municípios do interior baiano ainda nesta quarta.

As vacinas serão levadas para as regionais de saúde em aeronaves do Grupamento Aéreo da Polícia Militar e da Casa Militar do Governador. Após a chegada nas regionais, as doses serão distribuídas para todos os seus municípios de abrangência, completando assim a entrega.

Segundo a coordenadora de Imunização da Sesab, Vânia Vanden Broucke, este lote deve ser utilizado para aplicação da primeira dose. “As aeronaves devem decolar hoje a partir das 13h e esta remessa é para a primeira dose. Neste momento, estamos dando continuidade à conclusão de esquemas vacinais com outros lotes já distribuídos”.

As doses serão remetidas aos municípios que aplicaram 85% ou mais das doses recebidas anteriormente. Esta foi uma decisão da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que é uma instância deliberativa da saúde e reúne representantes dos 417 municípios e o Estado.

Com a nova carga desta manhã, a Bahia chega ao total de 6.372.270 doses de vacinas recebidas, sendo 3.035.800 da Coronavac, 3.200.750 AstraZeneca/Oxford e 135.720 da Pfizer.

Capital

Ainda de acordo com a coordenadora Vânia, neste lote da AstraZeneca não serão destinadas doses para Salvador. Ela explica que um novo lote da vacina da Pfizer, com 37.440 doses, deve chegar até o final da tarde desta quarta-feira (26) e será direcionado, exclusivamente, para a capital baiana.

Repórter: Jairo Gonçalves

BATE-PAPO UOL MEU NEGÓCIO ESTUDE ONLINE PAGSEGURO



BUSCA EMAIL C

PRODUTOS NOTÍCIAS CARROS ECONOMIA FOLHA ESPORTE SPLASH TV E FAMOSOS UNIVERSA VIVABEM TILT ECOA MOV NOSSA

DÓLAR COM. -0,45% R\$ 5,313	PESO -0,75% R\$ 0,056	EURO -0,89% R\$ 6,478	BITCOIN +4,60% R\$ 211.596,56	BOVESPA +0,81% 123.989,17 PTS	IPCA ++0,31% Abr.2021	SELIC +3,5% 05.Mai.202
--------------------------------	--------------------------	--------------------------	----------------------------------	----------------------------------	--------------------------	---------------------------

UOL ECONOMIA EXPLICA

Bolsonaro insiste em mudar imposto da gasolina preço cairia?



PUBLICIDADE

Imagem: Reuters

Giulia Fontes
Do UOL, em São Paulo
27/05/2021 04h00



O presidente **Jair Bolsonaro** (sem partido) vem mencionando, **em lives** e declarações, um projeto feito pelo governo federal para mudar a cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), um imposto estadual, que incide sobre **combustíveis**. O presidente chegou a dizer que **levará o caso ao STF** (Supremo Tribunal Federal) se a proposta não for aprovada pelo Congresso.

Topo

O projeto é uma resposta do governo ao aumento do preço dos combustíveis, que desagradou categorias como a dos **caminhoneiros**. Seus defensores afirmam que o novo sistema simplificaria a cobrança do imposto, deixando os valores mais previsíveis e transparentes para o consumidor. Por outro lado, se for mantida como está, a proposta **pode até aumentar o preço** do combustível em alguns lugares do país. Além disso, representantes dos estados e especialistas afirmam que o ICMS não é o maior "vilão" da alta do valor nas bombas.

MAIS NOTÍCIAS



UOL Economia+ lança série de eventos grátis para você aprender a investir



Carro do ovo em SP é fonte de renda na periferia e 'invasor' do home office



Você lembra? 8 marcas de roupa que eram desejo dos jovens no século passado

Faz sentido Bolsonaro levar o assunto ao STF?

O projeto apresentado pelo governo está em análise na Câmara dos Deputados. Segundo o presidente, a ação no **STF** poderia ser por "omissão".

“ *Seria talvez uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), para a gente definir o preço do ICMS.*

Jair Bolsonaro

PUBLICIDADE



De acordo com Luciano Bernart, presidente da ABDConst (Academia Brasileira de Direito Constitucional), é "pouco provável" que o Judiciário se

manifeste a favor de uma ação desse tipo.

“ O acesso ao Judiciário é garantido a qualquer pessoa, mas acho pouco provável. Haveria uma invasão de competência do Legislativo. A menos que algum procedimento interno tenha sido burlado [na tramitação], não seria adequado haver uma intervenção do Judiciário nesse caso.

Luciano Bernart

O que estabelece o projeto do governo

Pela proposta encaminhada ao Congresso, o ICMS incidiria uma única vez sobre os combustíveis, como gasolina e diesel. O valor seria fixo, por litro. Isso já acontece com tributos federais: por exemplo, para a gasolina, o governo federal cobra R\$ 0,69 de imposto por litro de combustível.

Segundo o texto, o ICMS seria igual em todos os estados do país. Mas o projeto não estabelece qual seria esse valor: a definição seria feita pelos estados, que deveriam chegar a um consenso após a publicação da lei. O valor do imposto só poderia ser alterado a cada 90 dias.

Na quinta-feira (20), o presidente afirmou que [negocia mudanças no projeto](#) porque "não tem como" a proposta ir adiante da forma que está. A ideia é de que o valor fixo não seja igual em todos os estados, mas sim definido em cada um deles.

Como o ICMS é cobrado

Hoje o ICMS já varia de um estado para outro, porque o imposto é calculado pela aplicação de uma alíquota (um percentual) sobre o preço. Em São Paulo, por exemplo, o ICMS sobre a gasolina é de 25%; no Rio, de 34%.

Mesmo que os estados não tenham mudado as alíquotas do ICMS sobre combustíveis, o valor real do imposto vem subindo desde o início do ano. Isso porque o preço usado para calcular o imposto vem aumentando, por conta de reajustes implementados pela [Petrobras](#).

Veja um exemplo:

São Paulo

Alíquota do imposto: 25%

Valor do imposto na segunda quinzena de janeiro: R\$ 1,06 (25% de R\$ 4,23)

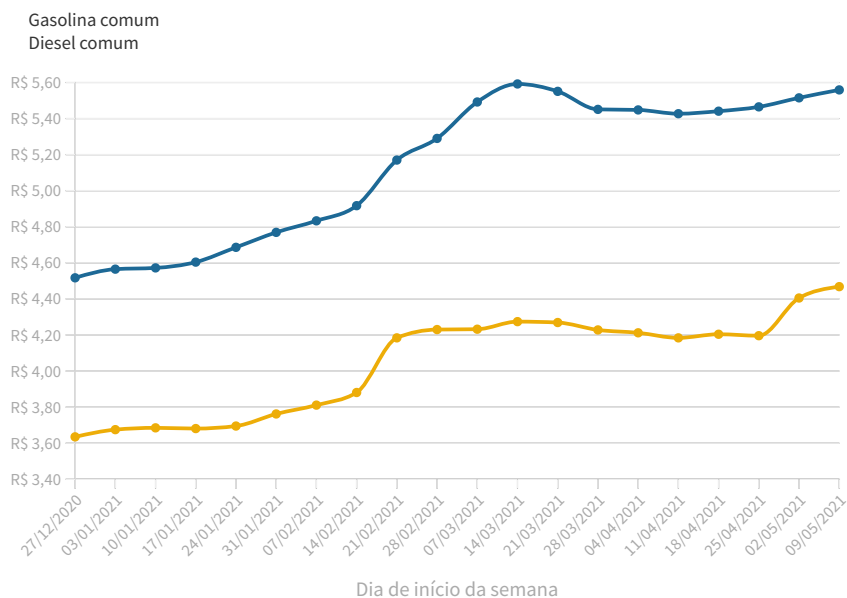
Valor do imposto na segunda quinzena de maio: R\$ 1,32 (25% de R\$ 5,26)

Aumento entre janeiro e maio: R\$ 0,26

Além de variar em cada estado, o ICMS é cobrado em todas as etapas de movimentação do combustível no caminho da refinaria ao seu carro, e não apenas uma vez, como define o projeto do governo federal.

Preço dos combustíveis

Passe o cursor para ver os valores exatos



Fonte: ANP

Por que o projeto poderia até aumentar o preço para o consumidor?

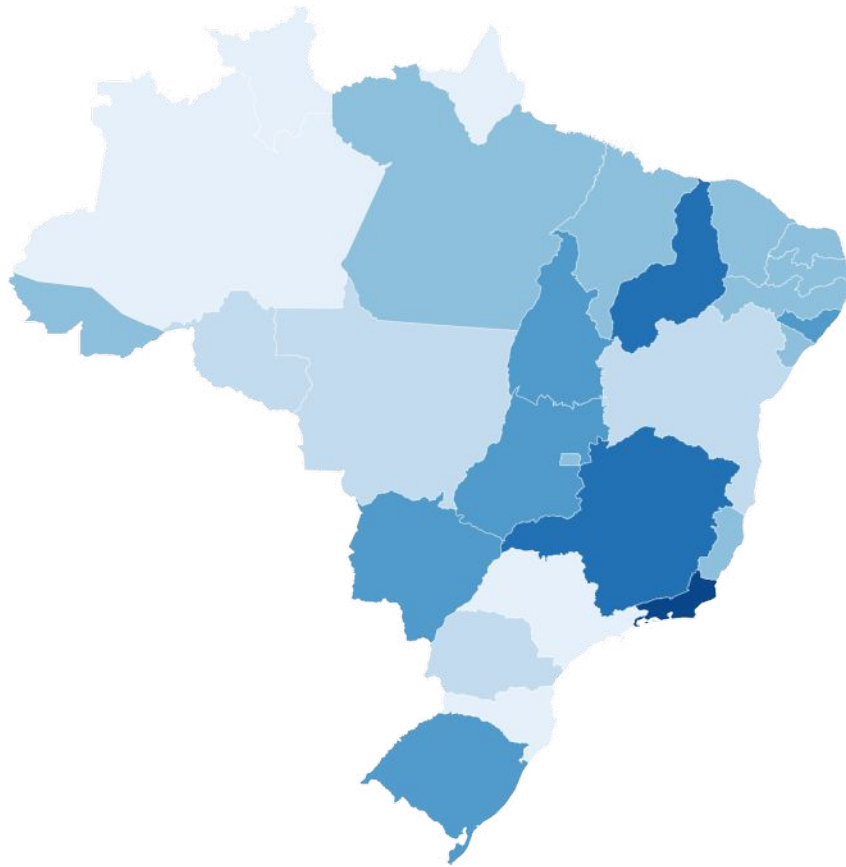
Paulo Miranda Soares, presidente da Fecombustíveis, disse ao **UOL** que instituir um valor único para o ICMS terá efeito diferente nos estados. Como hoje a alíquota do imposto varia significativamente de um estado para outro, o novo imposto pode ser mais barato em algumas localidades, mas maior em outras.

“ [Considerando a gasolina], se o consenso for para um valor médio [entre os estados], é claro que, em estados como Rio de Janeiro, o consumidor vai ter um ICMS um pouco mais baixo. Mas, lá no Amapá, vai subir. Essa é a grande dificuldade: vai ter estado que vai perder e outro que vai ganhar”.

Paulo Miranda Soares

ICMS da gasolina

Quanto mais escuro o estado, maior é o valor cobrado. Passe o cursor para ver os números exatos



Fonte: Fecombustíveis • Valores referentes ao período entre 16 e 31 de maio de 2021.

Pontos positivos do projeto

Mesmo assim, especialistas afirmam que a proposta do governo pode ser positiva. Isso porque a nova sistemática seria mais fácil de entender, e o valor efetivo do imposto, em reais, mudaria com menos frequência.

“ *Em termos tributários, a proposta simplifica e dá mais segurança para os contribuintes.*

Eduardo Maneira, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), em audiência na Câmara dos Deputados

O próprio governo, na mensagem que acompanha a proposta, afirma que um dos objetivos do texto é "dar mais estabilidade" aos preços para o consumidor.

Risco para a arrecadação dos estados

De outro lado, representantes dos estados se colocam contra a proposta, afirmando que o ICMS não é o "vilão" da alta nos preços.

Segundo a Petrobras, o imposto representa 28,3% do preço do litro da gasolina. A maior parte do preço, 33,7%, vai para a remuneração da petroleira.

“ Não houve nenhuma alteração na alíquota do ICMS sobre os combustíveis nos últimos anos. As variações ocorrem porque a política de preços da Petrobras é atrelada ao mercado internacional do petróleo e ao câmbio, e, portanto, o mercado interno sofre os efeitos da volatilidade dos preços lá fora.

Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF)

Os estados também apontam que a alteração pode colocar em risco a arrecadação. Na Câmara dos Deputados, o secretário-adjunto da Fazenda de Minas Gerais, Luiz Cláudio Gomes, afirmou que o ICMS sobre combustíveis representa cerca de 20% do valor recolhido pelos estados.

Governo federal não comenta

O **UOL** procurou o Ministério da Economia e o Palácio do Planalto, pedindo um posicionamento a respeito das críticas ao projeto e perguntando se o governo irá, de fato, levar o tema ao STF ou encaminhar mudanças na proposta ao Congresso.

Não houve resposta até a publicação deste texto.

ICMS sobre combustíveis

Como funciona e o que pode mudar

O que mudaria com o projeto do governo

- O ICMS seria um valor fixo, por litro de combustível, igual para todos os estados.
- O imposto passaria a ser cobrado apenas uma vez.
- O valor poderia ser alterado apenas em 90 dias.

AS MAIS LIDAS AGORA

PUBLICIDADE

Petrobrás tem time para evitar guinada no preço de combustíveis

Irany Tereza

26 de maio de 2021 | 08h57



A **Petrobrás** não irá mudar a política de preços dos combustíveis, baseada na paridade dos padrões internacionais. Segundo a **Coluna** apurou, a gestão do **general Joaquim Silva e Luna**, iniciada há pouco mais de um mês, decidiu manter os parâmetros básicos da política de preços fixada no estatuto da empresa. Os marcos continuarão bem amarrados, embora uma equipe técnica se dedique diariamente a buscar estratégias para tentar reduzir a volatilidade.

Isso significa que a **flutuação dos preços**, seja da cotação internacional do **petróleo**, seja a oscilação do **câmbio**, é acompanhada por um grupo de técnicos da área financeira que têm a incumbência de analisar os motivos de cada movimento. O repasse ao mercado doméstico só é recomendado quando o modelo levar a uma tendência de longo prazo, ou seja, uma mudança estrutural. Isso pode até corresponder a repasses menos frequentes, mas não uma blindagem nos preços.

Nos últimos 30 dias, por exemplo, o conjunto dos pareceres apontou para condições conjunturais na variação de preços. “Não vamos arriscar um cavalo-de-pau num transatlântico. Nosso compromisso é com a queda da volatilidade”, disse uma fonte ouvida pela **Coluna**. Ontem, durante audiência virtual da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, o representante da Petrobrás, Sandro Paes Barreto, gerente-geral de Comercialização no Mercado Interno, já havia indicado essa postura.

Barreto repetiu que “se a empresa for orientada a contribuir para o interesse público, deverá ser compensada pela União pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico”. A posição do gerente desagradou **representantes sindicais** e **caminhoneiros** que também participavam da audiência.

Mas, o fato é que a gestão de Silva e Luna mantém, de modo geral, a visão anterior de que a estatal – na verdade uma companhia de economia mista com “controle minoritário” do governo – não poderá financiar políticas públicas em detrimento do interesse de seus acionistas. Ou seja, a mudança radical esperada pelo presidente Bolsonaro em relação aos preços não irá ocorrer por mudança nos critérios internos da Petrobrás.

Com isso, o que está sendo tentado pelo governo, com o assessoramento da estatal, é a negociação de mudanças nos **tributos** que incidem sobre o preço, que equivalem quase à metade do valor fixado na refinaria. Tarefa complicada, já que, além dos tributos federais, o **ICMS** dos Estados tem um peso muito relevante.

O governo tem algumas propostas em estudos. Pode optar, por exemplo, por uma medida específica para o diesel ou priorizar uma categoria, como os **caminhoneiros**. Na semana passada, um pacote específico para eles foi lançado, com o objetivo principal de reduzir custos, mas não houve nenhuma menção ao preço do diesel.

Petrobrás ainda tenta equacionar linhas da nova gestão

Enquanto isso, a Petrobrás segue buscando equacionar as linhas da nova gestão. Na próxima segunda-feira, **Marcelo Gasparino** deixa o Conselho de Administração da companhia. **Quando apresentou formalmente sua renúncia**, em 16 de abril, depois do referendo ao nome de Silva e Luna para a presidência da Petrobrás, Gasparino acreditava que estaria, com isso, forçando a convocação de uma nova assembleia extraordinária de acionistas.

Apesar de a chamada para uma nova eleição ser o procedimento mais previsível em caso de saída de um conselheiro eleito pelo voto múltiplo – escolhido junto com um grupo de outros representantes para o conselho – não é este o único caminho. Se fosse um afastamento

determinado pelos acionistas, sim. Mas, em caso de renúncia, a lei e o estatuto da empresa permitem que o próprio colegiado nomeie um substituto, que é o que deve acontecer.

Acabou sendo um tiro n'água e Gasparino não alcançou o que tinha se imposto como objetivo: conseguir uma representatividade maior para os acionistas minoritários no conselho da Petrobrás. Mesmo assim, ele garante que não se arrepende. À **Coluna** ele não considerou errada sua estratégia. Pelo contrário. “Acho que fiz o certo. O certo é certo, mesmo que todos estejam fazendo errado”, diz.

Silva e Luna recompôs a diretoria da Petrobrás basicamente com nomes da própria companhia. Levou para assessorá-lo apenas dois colaboradores, que o acompanham desde os tempos de chefia do Estado-Maior do Exército. O coronel Jorge Aureo Ferreira é hoje o chefe de gabinete da presidência da estatal e o coronel Ricardo de Araujo Bezerra, que comandou o Batalhão de Força de Paz no Haiti entre 2015 e 2016, assessor especial do presidente. Ambos o haviam acompanhado também quando deixou o Ministério da Defesa para assumir a presidência brasileira de **Itaipu Binacional**.

Esta reportagem foi publicada no Broadcast+ no dia 25/05, às 17h36.

O Broadcast+ é uma plataforma líder no mercado financeiro com notícias e cotações em tempo real, além de análises e outras funcionalidades para auxiliar na tomada de decisão.

Para saber mais sobre o Broadcast+ e solicitar uma demonstração, [acesse](#).

Contato: colunabroadcast@estadao.com

Tudo o que sabemos sobre:

petrobrás

combustíveis

óleo e gás

VEJA TAMBÉM



Ações sociais integradas ao propósito



XP lança Pix e planeja conta digital como estratégia para 'segurar' clientela - Economia



'Guedes quer é aumentar imposto com a CPMF', diz relator da proposta de reforma tributária - Economia



Economia

Estado do Rio pede adesão formal ao novo Regime de Recuperação Fiscal

Ministério da Economia tem até dez dias para avaliar o pedido; novo modelo do programa, que suspende o pagamento de dívidas com a União, tem prazo de nove anos e não mais de três

Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo

26 de maio de 2021 | 14h24

RIO - O Estado do Rio entregou o pedido formal de adesão ao novo **Regime de Recuperação Fiscal (RRF)** para o **Ministério da Economia** na terça-feira, 25, em ofício assinado pelo governador **Cláudio Castro** (PSC), que **assumiu o cargo definitivamente no início deste mês, após o impeachment do ex-governador Wilson Witzel** (PSC). Com uma estimativa de rombo nas contas de R\$ 3 bilhões este ano, a adesão dará ao Rio um alívio, nos próximos anos, no pagamento de sua dívida com a União, que soma R\$ 172 bilhões, segundo a Secretaria de Estado de Fazenda.



Palácio Guanabara, sede do governo do Rio de Janeiro Foto: Marcos de Paula/Estadão



O Ministério da Economia tem até dez dias para avaliar o pedido, informou a assessoria de imprensa da pasta. Embora, desde o mês passado, por decisão do [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#), o Rio já esteja com os pagamentos da dívida com a União suspensos, uma saída completa do governo fluminense do programa de socorro exigiria o pagamento imediato de R\$ 13 bilhões, o que agravaria ainda mais a situação financeira do Estado. Conforme a Secretaria de Estado de Fazenda, aderindo ao novo **RRF**, o pagamento da dívida seria reduzido, até 2023, a R\$ 9 bilhões.

O Rio é o primeiro a pedir adesão às novas regras do programa federal de socorro aos Estados e municípios. O RRF foi criado em 2017. Desde então, o Rio era o único participante, tendo firmado seu plano de recuperação em setembro daquele ano. Por isso, o governo fluminense já teve um alívio no pagamento da dívida com a União entre 2017 e 2020.

Em linhas gerais, o programa oferece aos governos em dificuldades financeiras o alongamento do pagamento da dívida com a União, com uma suspensão no início e redução dos valores, posteriormente, em troca de medidas de ajuste fiscal. Essa lógica foi mantida no novo formato, em lei [sancionada em janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro e regulamentada em 20 de abril](#). A principal mudança é que o programa, agora, tem prazo de nove anos, após a homologação do plano de recuperação, sem direito a prorrogação – no modelo anterior, eram três anos, renováveis por mais três.

Para o consultor Raul Velloso, especialista em contas públicas, o alívio no pagamento da dívida é importante para o equilíbrio fiscal dos Estados e municípios, mas pode ter “fôlego curto”. Isso vale, principalmente, para os Estados em maior dificuldade, que têm rombos crescentes na Previdência pública e dívida elevada com a União, como Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Velloso inclui ainda Goiás e Rio Grande do Norte no grupo – Rio e Goiás eram os primeiros da fila para pedir adesão ao novo RRF após a regulamentação do programa, mostrou o Estadão/Broadcast mês passado.

“O novo programa simplesmente dá um fôlego num segmento (das despesas públicas) que pressiona as contas, que é o serviço da dívida”, afirmou Velloso, que integrava um grupo de economistas formado para assessorar a antiga gestão da secretaria estadual de Fazenda na elaboração de um novo plano de ajuste.

Segundo o consultor, esse fôlego pode ser curto porque, diante de déficits crescentes nos regimes públicos estaduais de Previdência, ou seja, no pagamento de aposentadorias e pensões aos funcionários públicos dos Estados, o alívio com a dívida pode ser insuficiente. Nos últimos anos, Velloso tem defendido uma medida de ajuste estrutural na Previdência de Estados e municípios, com a criação de fundos de pensão e o equacionamento dos

déficits ao longo do tempo. O ideal, conforme o especialista, é que esse ajuste fosse feito com coordenação do governo federal.

Outra diferença nas novas regras do RRF é que, agora, o Estado interessado terá um prazo para apresentar um novo plano de recuperação. Após aceitar o pedido de adesão, o Ministério da Economia já fica autorizado a refinanciar a dívida com a União. Em paralelo, o governo local tem até seis meses para apresentar o novo plano de recuperação, aprovando medidas de ajuste ao longo do processo. No caso do Rio, o prazo exato para elaboração do plano, que inclui a aprovação de medidas de ajuste, será definido em conjunto com autoridades estaduais, informou o Ministério da Economia.

A Secretaria de Fazenda do Rio informou que “pretende incluir no Plano de Recuperação Fiscal a possibilidade de usar ativos do governo para ajudar no pagamento da dívida”. Seria “uma inovação”, segundo uma nota divulgada pela pasta, que não dá detalhes sobre quais ativos poderiam ser usados.

No ofício entregue ao Ministério da Economia, obtido pelo Estadão, o governo fluminense sustenta que, das oito medidas de ajuste fiscal previstas nas novas regras do RRF, três já estão implementadas. Outras duas são citadas como “parcialmente implementadas”.

Entre elas, o alinhamento das regras do sistema de Previdência dos servidores à reforma federal de 2019. No plano de recuperação do RRF antigo, o Rio elevou a contribuição dos servidores de 11% para 14% do salário, mas não mexeu em regras como idade mínima. Essa e outras mudanças exigirão aprovação do Legislativo – o que pode ser difícil em seis meses, especialmente com a aproximação das eleições gerais de 2022.

///O Rio é o primeiro a pedir adesão às novas regras do programa federal de socorro aos Estados e municípios. O RRF foi criado em 2017 - desde então, o Rio era o único participante, tendo firmado seu plano de recuperação em setembro daquele ano. Em linhas gerais, o programa oferece aos governos em dificuldades financeiras a suspensão do pagamento da dívida com a União, em troca de medidas de ajuste fiscal.

A lógica do RRF foi mantida no novo formato, criado com a lei 178/2021, **sancionada em janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro** e regulamentada em 20 de abril. A principal mudança é que o programa, agora, tem prazo de nove anos, sem direito a prorrogação - no modelo anterior, eram três anos, renováveis por mais três.

Para o consultor Raul Velloso, especialista em contas públicas, o alívio no pagamento da dívida com a União é importante para o equilíbrio fiscal dos Estados e municípios, mas pode ser temporário, com “fôlego curto”. Isso vale, principalmente, para os Estados em maior dificuldade, que têm rombos crescentes na Previdência pública e dívida elevada com a União, como Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Velloso inclui ainda Goiás e Rio Grande do Norte no grupo - Rio e Goiás eram os primeiros da fila para pedir adesão ao

novo RRF após a regulamentação do programa, como mostrou o *Estadão/Broadcast* mês passado.

“O novo programa simplesmente dá um fôlego num segmento (das despesas públicas) que pressiona as contas, que é o serviço da dívida”, afirmou Velloso, que integrava um grupo de economistas formado para assessorar a antiga gestão da secretaria estadual de Fazenda na elaboração de um novo plano de ajuste.

Segundo o consultor, esse fôlego pode ser curto porque, diante de déficits crescentes nos regimes públicos estaduais de Previdência, ou seja, no pagamento de aposentadorias e pensões aos funcionários públicos dos Estados, o alívio com a dívida pode ser insuficiente. Nos últimos anos, Velloso tem defendido uma medida de ajuste estrutural na Previdência de Estados e municípios, com a criação de fundos de pensão e o equacionamento dos déficits ao longo do tempo. O ideal, conforme o especialista, é que esse ajuste fosse feito com coordenação do governo federal.

Outra diferença nas novas regras do RRF é que, agora, o Estado do Rio terá um prazo para elaborar e apresentar um novo plano de recuperação. Após aceitar o pedido de adesão, o Ministério da Economia fica autorizado a firmar com o Rio o contrato de refinanciamento da dívida com a União, suspendendo a cobrança no curto prazo - embora, desde o mês passado, por decisão do **Supremo Tribunal Federal (STF)**, o Rio já esteja com a cobrança suspensa.

Em paralelo, o governo fluminense tem até seis meses para apresentar o novo plano de recuperação. Pelas novas regras do RRF, o prazo para a elaboração vai de 30 a 180 dias, “contado da data de aprovação do pedido de adesão”.

Segundo o Ministério da Economia, o prazo exato para elaboração do plano, que inclui a aprovação de medidas de ajuste, com aval do Legislativo, se for o caso, será definido em conjunto com o Estado do Rio. “O prazo vai ser definido após audiência com o Estado que ocorrerá até dez dias da aprovação do pedido”, informou, em nota, o ministério. Uma vez apresentado o novo plano de recuperação fiscal, o governo federal terá até 25 dias para aprová-lo, ainda conforme o Ministério da Economia.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

[O que o leilão da Cedae representa para o saneamento no Brasil](#)

[Toffoli suspende dívida do Rio com a União até entrada em nova versão do programa de socorro](#)

[Estados miram adesão a plano de socorro financeiro do governo federal](#)

[Veja o alívio que cada Estado pode ter com projeto de socorro aprovado pelo Congresso](#)

Tudo o que sabemos sobre:

Rio de Janeiro [estado]

RRF [Regime de Recuperação Fiscal]

Ford diz, em 40 segundos, o que restou no Brasil

Montadora eliminou US\$ 800 milhões em custos anuais

Por Marli Olmos — De São Paulo

27/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Farley, presidente da Ford, prevê uma revolução no uso do automóvel: "O carro tem que saber ouvir, aprender, estar conectado à nuvem e totalmente atualizado" — Foto: Richard Drew, File/AP

Numa longa apresentação, de mais de uma hora e meia, dirigida a investidores, a Ford traçou, ontem, um panorama dos seus planos globais. Apenas 40 segundos, no entanto, foram suficientes para explicar a situação das operações na América do Sul.

Tempo suficiente para o chefe da área financeira, John Lawler, contar que, depois de fechar as fábricas no Brasil, a companhia conseguiu eliminar US\$ 800 milhões em custos anuais na região.

Lawler explicou que a montadora americana perdeu US\$ 3,5 bilhões na América do Sul nos últimos cinco anos. Mas com a decisão de fechar três fábricas no Brasil e demitir 80% dos funcionários na região, conseguiu um “modelo de negócios sem riscos e com poucos ativos”. “Mas fizemos tudo de forma socialmente responsável”, disse, antes de passar para a região seguinte, que ganhou mais tempo e trouxe notícias melhores: a China.

O efeito da decisão de abandonar a atividade industrial no Brasil apareceu há alguns dias, no balanço relativo ao primeiro trimestre. Os dados foram enfaticamente repetidos por Lawler ontem.

As operações fora da América do Norte saíram de prejuízos anuais de US\$ 2 bilhões nos últimos três anos para um lucro (antes de juros e tributos) de US\$ 500 milhões apenas nos primeiros três meses do ano.

Para isso, contribuiu também a diminuição em 26% o tamanho do parque industrial na Europa, com 25% de redução de pessoal no leste europeu. A empresa conseguiu, na Europa, eliminação de US\$ 1 bilhão em custos anuais.

Em contrapartida, a atividade industrial da companhia quase desapareceu na América do Sul, com o encerramento de 75% do complexo fabril. Foi preservada a fábrica da Argentina, onde é feita a picape Ranger, exportada, em grande parte para o mercado brasileiro, e uma pequena linha de produção de veículos Troller, no Ceará, que será fechada até o fim do ano.

Já a China ganhou não apenas mais produção de veículos como expansão da área de engenharia e de desenvolvimento de produto. “Para reduzir custos e desenhar veículos especialmente para o gosto do consumidor chinês”, disse Lawler. Há um ano, a Ford produzia na China 66% dos carros da sua marca de luxo Lincoln vendidos naquele mercado. Agora são 90%.

A apresentação de Lawler, que traçou o panorama global e metas financeiras, como uma margem ajustada de ajustada de EBIT de 8% (ganhos antes das taxas e impostos) em 2023, veio depois de a companhia expor um agressivo plano, voltado, sobretudo, a investimentos adicionais em eletrificação, incluindo não só os carros como o desenvolvimento de baterias e serviço de carregamento.

“Essa é a nossa maior oportunidade de crescimento e criação de valor desde que Henry Ford começou a produzir o Modelo T em massa”, destacou o presidente mundial da montadora, Jim Farley.

Um dos principais anúncios feitos pelo executivo aos investidores foi o plano de ampliar para US\$ 30 bilhões, até 2025, o programa de investimentos em eletrificação. Em fevereiro, a companhia havia anunciado que planejava destinar US\$ 22 bilhões à produção de veículos elétricos no mesmo período.

No evento apresentado de forma digital, a partir da sede da Ford, em Dearborn, Farley disse que a montadora se prepara para que até 2030, 40% do volume global de suas vendas sejam de veículos elétricos. “Nossa ambição é liderar a revolução elétrica”.

Os anúncios acontecem pouco mais de um mês depois de o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, revelar, durante a Cúpula do Clima, o plano de o país destinar US\$ 174 bilhões em programas de eletrificação, como infraestrutura de carregamento e intensificação do uso de transporte público em veículos elétricos.

A Ford anunciou, também, planos para elevar sua participação no mercado de veículos comerciais, como picapes e vans elétricas, destinadas a entregas urbanas. E isso inclui o Brasil.

Ao encerrar a breve apresentação sobre a América do Sul, Lawler antecipou um dos lançamentos aguardados pelo mercado brasileiro: a van Transit, que será montada no Uruguai, na Nordex, uma empresa local que monta veículos de forma terceirizada. O executivo apontou, aos investidores, que a região ganharia “forças no portfólio e produtos por meio das vendas da picape Ranger e da Transit.

Foram apresentados, também, planos para avançar no desenvolvimento da conectividade. “Não se trata mais de um veículo. Estamos mudando a relação com o consumidor, entregando serviços. O carro tem que saber ouvir, aprender, estar conectado à nuvem e totalmente atualizado”, destacou Farley.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

Psii! Você esqueceu seu sérum preenchedor de rugas no carrinho! Corre que dá tempo!

DIATENA OFICIAL



Fatiamento é ineficaz e deve prejudicar reforma tributária, dizem especialistas

Acordo fechado entre Câmara e Senado prevê que pontos diferentes da reforma vão tramitar ao mesmo tempo nas duas Casas; para analistas, risco é aprovação se resumir à unificação do PIS/Cofins e haver aumento da carga tributária

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

27 de maio de 2021 | 05h00

A decisão do **Congresso** de **fatiar a reforma tributária** é contraproducente e pode abortar a possibilidade de aprovação, ainda este ano, de uma proposta ampla com efeitos duradouros para a melhoria do ambiente de negócios e do crescimento do **País**, segundo especialistas ouvidos pelo **Estadão**. Eles veem risco de a reforma se resumir a uma mera unificação do **PIS/Cofins**, levando a um aumento da carga tributária para os contribuintes brasileiros.

O fatiamento foi acertado esta semana pelos presidentes da **Câmara, Arthur Lira (PP-AL)**, e do **Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**, três semanas após a apresentação do parecer do relator da reforma, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)** – que defendeu uma reforma ampla, com a criação do **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, na comissão mista criada justamente para buscar uma convergência de propostas. A comissão mista foi extinta no mesmo dia da apresentação do relatório.

Pelo acordo fechado esta semana, a Câmara vai votar a projeto de lei do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, que cria a **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, reunindo o PIS/Cofins, e prevê ainda mudanças no **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)** e no **Imposto de Renda** tanto das empresas como das pessoas físicas. Já o Senado ficou com o projeto do novo **Refis** e a Proposta de Emenda

Constitucional (PEC) de uma reforma abarcando também os tributos dos Estados (**ICMS**) e dos municípios (**ISS**).

Presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, fecharam acordo sobre reforma esta semana. Foto: Dida Sampaio/ Estadão

Os especialistas criticam principalmente essa divisão da proposta dos tributos que incidem sobre o consumo. “Esse é um problema. O ideal é legislar tudo em bloco e implementar em partes”, diz o pesquisador do **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Rodrigo Orair**. Segundo ele, como o quórum para aprovação do CBS, por projeto de lei, é menor do que o exigido para uma PEC, há o risco de a reforma ficar apenas na primeira fase. “É um tiro no pé.”

Um dos problemas apontados pelo pesquisador do Ipea é que, ao deixar explícito na nota fiscal o peso do tributo na compra dos produtos, o efeito poderá ser a impopularidade, tornando isso um obstáculo para a complementação da reforma. Outro problema é que a CBS pode gerar questionamentos jurídicos, porque avança numa área de tributação sobre valor agregado que é dos Estados e municípios.

O presidente da Câmara prometeu tocar a reforma a partir da próxima semana, já com a indicação de relatores. Ele reconheceu que o fatiamento tem gerado críticas.

“Acertamos os procedimentos da reforma tributária para fazermos a reforma possível com três pilares básicos, sem aumentar a carga tributária e dar segurança jurídica”, escreveu ele no Twitter.

O **advogado Luiz Bichara, do Bichara Advogados**, compara o fatiamento a uma reforma de uma casa que ficou muito cara e acabou se transformando apenas numa troca do tecido do sofá da sala. Para ele, é inviável essa divisão do CBS do IBS tecnicamente. “Todo o desenho da simplificação da PEC pressupõe a existência de um **IVA** só, dificultando o acoplamento posterior”, afirma. “Não é uma torta que pode fatiar. O CBS não é uma reforma para mim”, diz, acrescentando que haverá um aumento inequívoco da carga tributária. Sobre o restante da propostas, é cético: “O Guedes fala muito, mas não apresenta as propostas”.

Já o **tributarista Eduardo Fleury, da FCR Law**, ressalta que o relatório de **Aguinaldo Ribeiro** aparou arestas com vários setores, como construção civil e

agricultura, que terão de ser negociadas com a CBS. “Sem falar que a discussão do Imposto de Renda é muito ampla e não vejo como conseguir fazer as duas coisas.”

Rafael Cortez, cientista político da Tendência Consultorias, alerta que o fato de a CBS ser um projeto de lei pode ajudar na aprovação mais rápida, mas acabar resultando em menor impacto. Segundo ele, o fatiamento pode levar à percepção de que a CBS terá uma vida curta e gerar um choque de incertezas no futuro.

CPMF

Com o fatiamento, ganhou fôlego outra vez a discussão sobre a volta da **CPMF**, defendida por Guedes com o argumento de garantir a desoneração da folha de pagamentos. Para o **presidente da Confederação Nacional de Serviços, Luigi Nese**, o setor só aceita a CBS se vier junto com a desoneração da folha por meio de uma nova CPMF para financiamento. “É única proposta viável.”

Procurado, o ministério diz que o temor de aumento da carga tributária é injustificado. “A CBS está desenhada para prover a mesma arrecadação real obtida com PIS e Cofins. Haverá algum realinhamento de preços, com aumento de uns e redução de outros, mas com neutralidade no conjunto.” Diz ainda que o projeto de IR está em fase adiantada de elaboração, mas neste momento não há data fixada para envio ao Congresso.

Acordo entre os Poderes

Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente do Senado, e **Arthur Lira (PP-AL), chefe da Câmara**, defenderam nesta semana a aprovação mais rápida da reforma tributária.

Na segunda-feira, Pacheco disse que as mudanças devem sair neste ano. “Há uma comunhão de esforços entre as duas Casas”, disse. “Precisamos simplificar o sistema de arrecadação sem gerar aumento de carga aos contribuintes”, disse o senador.

Na terça-feira, para uma plateia de empresários, Lira falou em aprovar uma reforma “possível”. “O que nós temos de fazer é a reforma possível para o momento, que simplifique, que desburocratize, que não aumente a carga tributária, que dê segurança jurídica.”

Também na terça-feira, **em um evento em São Paulo, o ministro da Economia, Paulo Guedes**, disse que a reforma tributária que o governo pretende fazer será simples e “difícil de alguém ficar contra”.

Quem fica com o que Câmara dos Deputados

- **Lei que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS):**

A CBS é um imposto que unifica o PIS e Cofins, tributos cobrados pelo governo federal e que incidem sobre o consumo. A alíquota prevista é de 12%.

- **Alteração do IPI e criação do Imposto Seletivo:**

O governo antecipou que quer reduzir o IPI sobre produtos de linha branca, medida adotada em governos petistas para estimular o consumo. O ministro disse ainda que quer o “imposto sobre o pecado” para desestimular consumo de produtos prejudiciais à saúde.

- **Alteração no Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica:**

Estão em estudo propostas como corrigir a tabela do IR (aumentando o limite de isenção), limitar as deduções de saúde e educação, reduzir a alíquota mais alta (de 27,5% para 25%) e criar uma maior para os ricos. Para as empresas, a ideia é reduzir o imposto atual.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 27/05/2021	Caderno: Economia



Guedes quer é aumentar imposto com a CPMF', diz relator da proposta de reforma tributária

Aguinaldo Ribeiro critica decisões do ministro da Economia e do presidente da Câmara relacionadas ao andamento da reforma no Congresso; para ele, Câmara perde protagonismo no debate com o fatiamento da proposta

Entrevista com

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta de reforma tributária

Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo

27 de maio de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - Relator da proposta de **reforma tributária** na extinta comissão mista da **Câmara** e do **Senado**, o deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, diz que o ministro da **Economia**, **Paulo Guedes**, nunca quis e não quer a reforma tributária. “O que ele quer é aumentar imposto travestido de reforma com a **CPMF**”, disse. Em entrevista ao **Estadão**, Aguinaldo Ribeiro avalia que a Câmara perdeu o protagonismo no processo com o fatiamento da proposta acordado esta semana pelos presidente da Casa, **Arthur Lira (PP-AL)**, e do Senado, **Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**. Leia trechos da entrevista.

Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) defende seu relatório sobre a reforma tributária. Foto: Gabriela Biló/ Estadão

A divisão da reforma tributária com a tramitação da PEC pelo Senado e do projeto da CBS pela Câmara dará certo?

Acredito numa reforma ampla que enfrente os principais problemas do sistema tributário. É atacar as principais mazelas da tributação indireta sobre o consumo, como a cobrança da origem para o destino e os problemas de complexidade tributária e da legislação. Sem enfrentar o problema do **ICMS**, não teremos reforma. Tratar de

questões pontuais é a repetição dos mesmos erros que o País cometeu ao longo dos 32 anos de tentativa de reforma.

Do ponto de vista técnico é possível o Senado discutir separadamente um imposto amplo, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, que unificaria PIS, Cofins, ICMS e ISS), e a Câmara a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, unindo PIS e Cofins)?

Deve ser debatido numa reforma constitucional ampla, que foi o nosso texto. Ela contempla o **IBS** federal, que é a primeira etapa da nossa transição, que funde **PIS** e **Cofins**, que depois se soma, no terceiro ano, ao **ICMS** e **ISS**. E no sexto ano, o **IPI**. Estamos de fato extinguindo cinco impostos e nos três níveis da Federação num imposto sobre bens e serviços, que é um **IVA** (imposto sobre valor agregado) mais moderno.

Essa separação não corre o risco de matar a reforma tributária, como muitos especialistas avaliam?

O que está proposto não chega a ser nem um fatiamento. Só se fatia aquilo que é o mesmo corpo, o mesmo todo. O que está proposto são outras coisas que não estão sequer contidas nas propostas em debate.

Por exemplo?

O **Refis** (programa de parcelamento de débitos tributários) não é reforma. É um tema que já foi debatido e aprovado várias vezes. Pode fazer independentemente de reforma tributária. Outro exemplo: aumento de faixa de isenção do **Imposto de Renda**, que já foi feito também várias vezes. Isso não é reforma. É uma medida que o governo está defendendo, mas que não trará nenhuma repercussão estrutural do ponto de vista de melhoria do ambiente de negócio, melhoria de competitividade e do custo Brasil.

O presidente da Câmara cobrou a apresentação do seu relatório e depois acabou com a comissão mista de reforma. Foi uma traição ou já era esperado?

Cada um tem uma postura. Não posso exigir de ninguém a postura que nós desejaríamos que os outros tivessem. O trabalho que entregamos foi feito para o **Brasil**, sem politicagem e mesquinha política e sem partidarismo. Foi feito com tecnicismo e ouvindo os setores produtivos do País, os entes federados e a própria **União**.

O presidente Lira diminuiu o papel da Câmara na reforma?

O que estou dizendo é que a Câmara pode e deve ter um protagonismo de uma reforma ampla. Não sei qual é o nível de compromisso que ele tem com o País. Eu não posso crer que o presidente da Câmara tenha mesquinha política.

O Senado vai aproveitar o seu relatório?

Não sei. Cada um que cumpra o seu papel. O texto está pronto. Está sendo debatido. As pessoas defendem uma reforma ampla. Se, porventura, possa haver uma coisa por parte de quem quer que seja, a história vai registrar. Como País, não podemos deixar de aproveitar uma reforma ampla.

Na defesa da aprovação do projeto da CBS, o ministro Paulo Guedes argumenta justamente o contrário, que a PEC do IBS representa aumento da carga tributária e que o governo não vai cair nessa armadilha.

Em absoluto. No nosso texto está muito claro que não há aumento de carga tributária. Aliás, Paulo Guedes nunca quis e não quer a reforma tributária. O que ele quer é aumentar imposto travestido de reforma com a CPMF. O CBS é um exemplo. Vai onerar todo o setor de serviços e outros setores. Na largada, já tem um aumento de carga e depois vai ser a mesma coisa que sempre existiu. A nossa reforma tem um reequilíbrio de carga, mas estamos fazendo com o menor impacto possível, trazendo neutralidade. Mas tem muita gente que não quer reforma nenhuma e que vive do manicômio tributária. O que está proposta é aumento de imposto.

O que teria feito, então, o ministro Paulo Guedes mudar? Foi uma briga com o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia?

Se foi isso, é muito pequeno. Eu não posso acreditar que haja por parte de um ministro de um superministério pegar todo um trabalho feito com o próprio ministério e abandonar por conta de vaidade ou porque a paternidade é de A, B ou de C.

Esse fatiamento não pode se resumir ao Refis e um aumento da isenção do IRPF, promessa de campanha de Bolsonaro?

Eu acho que é muito mais legítimo dizer: “Olha, eu vou tratar um tema específico que eu defendo”. Aliás, já podia ter tratado em 2019 e no ano passado.

O ministro insiste na CPMF?

Pelo que eu soube, CPMF está fora de tema no governo. Mas nunca se sabe. Ele não era tão fã de CPMF. Virou, né?

Falta de previdência complementar põe repasses em risco

Estados e municípios correm o risco de ficarem impedidos de receber transferências voluntárias do governo federal e de pegar empréstimos com aval da União

Por Edna Simão — De Brasília

27/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Os Estados e municípios com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) que não criarem um regime de previdência complementar até 12 de novembro correm o risco de ficarem impedidos de receber transferências voluntárias do governo federal ou ainda pegar empréstimos com aval do governo.

Atualmente existem 2.155 entes públicos com RPPS, sendo que apenas 24 estão com previdência complementar em funcionamento.

Entre 2016 e o ano passado, os Estados e municípios receberam R\$ 11,034 bilhões de transferência voluntária e contraíram R\$ 18,034 bilhões em operações de crédito com aval do Tesouro Nacional ou bancos federais, de acordo com levantamento feito por Arnaldo Lima, ex-secretário no antigo Ministério do Planejamento e diretor de Estratégias Públicas do Grupo MAG, com base nos dados disponíveis da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

“O descumprimento, por parte dos Estados e dos municípios, da aprovação de suas respectivas leis e implantação de previdência complementar vai gerar sanções pela União, tais como a não obtenção pelo ente público do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), emitido pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, o qual impede o recebimento de transferências voluntárias da União e a obtenção de financiamentos junto a bancos públicos federais”, explicou Lima.

Pela reforma da Previdência, aprovada em 2019, o descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de RPPS implica vedação a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, a garantias e a subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Os Estados e municípios que, em muitos casos não cumpriam as exigências, têm recorrido à Justiça para garantir o CPR. Dos 2.155 RPPS, 635 conseguiram o

chamado certificado na Justiça antes da reforma da Previdência, representando 29% do total.

De acordo com Lima, com a mudança promovida na reforma da Previdência, ficará mais difícil obter liminares para manutenção do CRP pelos entes públicos. “A reforma da Previdência garantiu segurança jurídica para que o Ministério da Economia atue na organização, regulação e supervisão dos RPPS”, afirmou o ex-secretário do antigo Ministério do Planejamento.

A criação de regime de previdência complementar por entes públicos que têm regimes próprios para seus servidores também vai ajudar a reduzir o déficit atuarial dos Estados e dos municípios.

“Não existe déficit no regime de contribuição definida e o excedente financeiro vai direto para a conta do servidor. Atualmente, o déficit atuarial da previdência dos Estados e dos municípios é bem maior do que as suas dívidas líquidas consolidadas”, explicou Lima.

Com o regime de previdência complementar, a aposentadoria do servidor fica limitada ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que atualmente é R\$ 6.433,57. Se o servidor quiser receber mais, terá que contribuir para o regime de previdência complementar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Cortinas plissadas blackout para janela cortina blackout bloco de luz preto sem fio 35

R\$ 115,60

AMERICANAS.COM

Comprar

Bancos e gestoras investem bilhões de reais em créditos de PIS e Cofins

Negociações com contribuintes envolvem deságios que podem chegar a 90%

Por Joice Bacelo — Do Rio

27/05/2021 05h01 · Atualizado há 2 horas

A conclusão da chamada “tese do século” superaqueceu o mercado de compra de créditos e direitos vinculados a ações judiciais. Gestoras e bancos de investimento têm direcionado bilhões de reais para negociações com empresas interessadas em receber antes os valores que a União precisará devolver por ter cobrado PIS e Cofins com o ICMS embutido no cálculo.

Essa transação pode ser vantajosa para ambas as partes. As empresas, ao receber esse valor de forma imediata, reforçam o caixa e se capitalizam em meio à crise. Já os investidores, que adquirem os créditos com deságios que podem chegar a 90%, terão, no futuro, lucro acima das taxas de rentabilidade seguras do mercado.

“Os investidores estão batendo na porta. A procura aumentou muito desde a decisão [do Supremo Tribunal Federal, no dia 13]. E tem muita empresa com necessidade de se capitalizar. Companhias, principalmente, que estão sofrendo por causa da pandemia. O setor de serviços é um deles”, diz o advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon.

A Quadra Capital, que atua nesse mercado, afirma ter R\$ 1,5 bilhão para investir. Está negociando com empresas que têm ações judiciais em curso. Se propõe a antecipar o valor que está em discussão, assume o processo contra a União (honorários e custos processuais) e lá na frente, com o caso encerrado (transitado em julgado), levanta o total por meio de precatório.

Nessa modalidade não há risco para a empresa que está vendendo o crédito. Se o investidor não conseguir levantar o total calculado nas negociações, ele é quem sofre a perda. O vendedor não precisa devolver dinheiro nem pagar qualquer quantia adicional.

Os deságios praticados pela Quadra nessas operações variam bastante - entre 40% e 90%. Depende do estágio do processo, quanto tempo é estimado para a emissão do precatório, e também da forma como as operações são estruturadas. Pode haver cláusula de "earn-out", por exemplo, prevendo pagamentos adicionais ao vendedor a depender do momento do recebimento do crédito - e isso influencia no percentual que será acordado.

"Adotamos esse mecanismo [earn-out] para alinhar as expectativas e os interesses do vendedor e do comprador. Se, eventualmente, o processo tramitar mais rápido do que o esperado, o preço pago aumenta de maneira significativa", diz Gabriel Lunardi, um dos sócios da gestora.

A Quadra está em negociação, atualmente, com uma grande empresa do varejo. A companhia entrou com ação para discutir a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins no ano de 2014. Como, por lei, pode cobrar a devolução do que pagou a mais nos cinco anteriores, há créditos acumulados desde 2009.

A União terá, com o fim do processo, que devolver todo o tributo cobrado de forma indevida. Como, nesse caso, trata-se de uma ação ordinária, que gera a restituição

por meio de precatório, ainda haverá pela frente a fase de liquidação, quando o juiz confere a documentação que dá respaldo ao recebimento e autoriza a expedição do título.

“Pode levar meses. Nós temos um caso aqui que só de documentação são 220 mil páginas. Levamos três dias para inserir tudo no sistema do tribunal. O juiz deve nomear um perito ainda para analisar todos esses documentos”, afirma Lunardi.

Existe um outro modelo de contrato no mercado que não depende da expedição de precatório. O investidor antecipa os valores à empresa, também com deságio, e, lá na frente, quando puder fazer as compensações - usar os créditos para quitar tributos correntes - a companhia devolve o dinheiro. “Não chega a ser um empréstimo porque o investidor assume o risco. Se algo der errado, vira pó, o vendedor não vai devolver o que já recebeu”, diz o sócio de um banco que oferece essa modalidade.

Ele afirma que, com a decisão do STF, colocando fim à discussão, os riscos diminuíram para o investidor e, conseqüentemente, os preços para quem está vendendo melhoraram. “Mas precisa ter documentação robusta, comprovando os valores que têm a receber. Essa é a nossa principal preocupação hoje.”

Esse investidor diz ainda que está negociando com empresas que precisam de caixa, estão em crise, mas não só. Ele tem conversado, por exemplo, com companhias que têm interesse em melhorar o resultado do trimestre e por isso desejam antecipar o recebimento e também com aquelas que têm um volume muito grande de créditos e não vão conseguir utilizá-lo - para pagar tributos correntes - no prazo de cinco anos estabelecido pela Receita Federal.

Um outro banco com quem o **Valor** conversou afirma que está em negociação inclusive com empresas listadas na bolsa de valores. “Esses créditos ficaram mais interessantes depois da decisão do STF. Antes tínhamos feito só uma operação desse tipo. O risco era enorme. Agora estamos olhando com bastante atenção para o mercado.”

A Jive Investments, que atua no mercado de compra de créditos e direitos vinculados a ações judiciais, também atuou de forma restritiva antes de o Supremo bater o

martelo sobre esse caso. Agora, diz Guilherme Ferreira, um dos sócios da gestora, “está bastante otimista” e “disposta a pagar mais”. Pretende investir R\$ 1,5 bilhão em créditos gerados pela “tese do século” até o fim do ano que vem.

“A insegurança que existia em relação a essa tese foi eliminada com a decisão do STF. O risco que existe agora é de tempo, quanto vai levar para transitar em julgado e conseguir executar ou compensar”, afirma. A Jive negocia tanto pela modalidade em que a recuperação do crédito se dá por meio de precatório como na outra, também comum no mercado, em que a empresa devolve os valores quando puder fazer as compensações.

Esse mercado esteve aquecido em 2017, quando o STF decidiu que o ICMS não poderia compor a base de cálculo do PIS e da Cofins - reduzindo os valores a pagar em contribuições ao governo e gerando um acúmulo de crédito às empresas por causa dos pagamentos feitos a mais no passado.

O grupo Pão de Açúcar foi um dos primeiros a optar pela venda dos créditos. A aquisição foi feita pelo BTG Pactual em 2018. A informação foi divulgada no balanço daquele período. O ganho decorrente dessa alienação somou cerca de R\$ 50 milhões

Mas o mercado acabou esfriando por causa do entendimento da Receita sobre o imposto que deveria ser retirado do cálculo. Por meio de uma solução de consulta, a de nº 13, o órgão informou que só aceitaria o imposto efetivamente recolhido aos Estados. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) também tratou dessa questão ao apresentar o recurso, no STF, contra a decisão de março de 2017.

Esse episódio gerou insegurança aos investidores. O ICMS recolhido geralmente é menor que o destacado na nota fiscal e poderia interferir muito no volume de crédito das empresas. No dia 13, ao julgar o recurso da União, os ministros decidiram pelo destacado na nota fiscal, favorecendo o contribuinte, e definindo, portanto, a forma como devem ser contabilizados os valores que a União terá que devolver.

Acordos comerciais trarão ganhos de US\$ 1,7 tri em 20 anos, prevê ministério

Ganhos estimados somam o equivalente a 1,4% do PIB

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

27/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Acordos comerciais vão impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em R\$ 1,7 trilhão no período de 2021 a 2040, segundo estimativas da Secretária de Comércio Exterior (Secex) divulgadas ontem pelo Ministério da Economia.

O cálculo considera os impactos dos acordos do Mercosul com a União Europeia, com a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA, grupo que reúne Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein), o Canadá, a Coreia do Sul, Cingapura, Indonésia e Vietnã.

Os ganhos somam o equivalente a 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB). “A negociação de acordos comerciais é um dos pilares da estratégia de inserção do Brasil na economia internacional, promovendo competitividade e desenvolvimento econômico para o país”, diz em nota o secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz.

Os cálculos elaborados pela Secex estimam o impacto dos acordos nas principais variáveis macroeconômicas de uma região. Consideram não apenas os efeitos diretos dos acordos, mas também a propagação deles.

Para os parceiros comerciais da Ásia, especificamente, o ganho foi estimado em 0,4%, ou R\$ 502 bilhões em termos acumulados, além de aumentos nos investimentos, na corrente de comércio, na massa salarial e na queda nos preços.

“Na Ásia, estão as economias de maior crescimento econômico e populacional no mundo”, afirmou Ferraz, em nota. “Qualquer estratégia de comércio exterior atual envolve, necessariamente, negociações com os parceiros asiáticos.”

O estudo estimou os impactos de acordos com Coreia do Sul, Cingapura, Indonésia e Vietnã. Esses países integram acordos como o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpácífica (CPTPP, na sigla em inglês) e a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, na sigla em inglês).

O Brasil não integra esses acordos, por isso a estratégia é negociar acordos individualmente com parceiros asiáticos. Isso deve facilitar o acesso dos produtos brasileiros àquela região. Produtos de carne e alimentícios, equipamento de transporte e químicos estão entre os produtos com maior potencial de ganho, aponta o Ministério da Economia.

Os dados fazem parte de uma série de publicações que a secretaria iniciou, a respeito do comércio internacional. “Com as fichas informativas, buscamos divulgar os resultados de nossas análises de impacto de maneira acessível e visual para a sociedade”, disse Ferraz.

Junto com essas fichas sobre acordos comerciais e Ásia, foi divulgada uma publicação chamada “Acordos Comerciais e Abertura Comercial: Estimativas e Evidências”, que revisa os principais estudos e análises de impactos sobre acordos comerciais e reformas tarifárias.

De acordo com a Secex, os próximos trabalhos a serem publicados são os estudos de impacto de acordos comerciais com Indonésia e Vietnã, atualmente em consulta pública aberta para participação da sociedade. Os trabalhos estarão disponíveis na página de Publicações da Secex, e os estudos de impacto individuais para cada país, na página de Acordos Comerciais do Siscomex.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

Governo de MG recua e aposta em só uma privatização

Foco agora é obter aval da Assembleia Legislativa para privatizar Codemig

Por Cibelle Bouças — De Belo Horizonte

27/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



O governo de Minas Gerais recuou na ambição de privatizar as estatais mineiras, como medida para zerar o déficit orçamentário. O foco passou a ser aprovar na Assembleia Legislativa aval para privatizar a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), dona de uma mina de nióbio em Araxá (MG) e sócia da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), maior produtora global do metal. A CBMM tem como principal acionista a família Moreira Salles.

Em 29 de abril, o presidente do conselho de administração da Cemig, Márcio Utsch, disse em evento da companhia que tinha como diretriz clara a privatização da elétrica. Em vídeo apresentado durante o evento, o governador Romeu Zema (Novo) afirmou que gostaria de privatizar a Cemig em sua gestão -- seu primeiro mandato se encerra em 2022. "Queremos que a Cemig venha a ser uma 'corporation' e que o Estado seja um mero acionista, sem poder de criar problemas para a empresa, como sempre criou."

Em entrevista ao **Valor**, o secretário-geral de Minas, Mateus Simões, um dos nomes mais próximos de Zema no governo, situou mais claramente as pretensão realistas do Executivo. Disse que a intenção era fazer muitas privatizações, mas que o foco é a

Codemig. “Tanto que é o único projeto de privatização já apresentado à Assembleia [Legislativa]”, afirmou.

A venda da Codemig, disse o secretário, já seria suficiente para aliviar a situação financeira do Estado. A estimativa do governo mineiro é que a estatal valha algumas dezenas de bilhões de reais, o suficiente para cobrir o déficit orçamentário previsto para 2022, de R\$ 12,4 bilhões, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A adaptação nos planos tem como pano de fundo as dificuldades enfrentadas por Zema para emplacar projetos na Assembleia Legislativa, onde não tem maioria.

“A Cemig e a Copasa precisam de investimentos para ampliar a oferta de serviços e o Estado não tem recursos para isso. Por isso o governo acha importante privatizar as estatais. Mas muitos deputados consideram essas empresas um patrimônio do Estado e que devem continuar com o Estado”, afirmou Simões. Além disso, observou o secretário, privatizar essas estatais é mais complexo porque depende de aprovação da população por referendo.

A venda de estatais é uma condição para que o Estado possa aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), do governo federal. Zema defende desde o início do seu governo que o RRF é a única saída viável para o Estado sair da crise fiscal, que dura anos.

O projeto de adesão ao regime está parado na Assembleia desde 2019, assim como o plano de venda da Codemig. Segundo deputados, esses projetos só serão avaliados após a votação do acordo de R\$ 37,68 bilhões com a Vale, para indenizar o Estado por danos causados pelo rompimento da barragem em Brumadinho, em 2019.

O projeto de lei que inclui a indenização da Vale no Orçamento do Estado também está parado na Assembleia, desde fevereiro. “É angustiante. Teremos R\$ 4,5 bilhões na conta judicial do Estado nesta semana e não poderemos usar esse recurso porque o acordo não foi votado na Assembleia. E não há por que não aprovar. É uma homologação de um acordo fechado na Justiça”, afirmou Simões.

“Me parece que está havendo alguma dificuldade na concordância com os termos do acordo da Vale. Mas é um projeto que deve ser aprovado rapidamente, quando for colocado em votação”, afirmou o deputado estadual Guilherme da Cunha, do Novo, mesmo partido de Zema.

Os termos do acordo com a Vale precisam passar pela Comissão de Fiscalização Financeira antes de ir a plenário. O presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus (PV), disse recentemente que pretendia incluir uma emenda para que parte da indenização fosse usada no desenvolvimento pela UFMG de vacina contra a covid-19.

Nos bastidores, há suspeita de que a demora para aprovar o acordo seja uma estratégia para impedir que Zema seja beneficiado na campanha eleitoral do ano que vem pelos resultados das obras que serão feitas com o dinheiro da Vale. O **Valor** não conseguiu entrevista com o presidente da Assembleia até a conclusão desta edição.

Em relação aos projetos de privatização, Cunha disse que o governo Zema não consegue base de apoio para aprová-los. “No caso da Codemig, por exemplo, precisamos manter o projeto parado, para evitar que ele caminhe e seja profundamente modificado, como aconteceu com a privatização da Eletrobras”, afirmou o deputado.

O deputado André Quintão (PT), líder da oposição na Assembleia, criticou os planos de Zema para sair da crise fiscal. “O Estado fica muito refém de receitas extraordinárias para enfrentar seus desafios cotidianos”, disse Quintão. O deputado defende uma revisão da política de renúncia fiscal e o fim da isenção de ICMS sobre exportação de produtos primários, como o minério de ferro.

Quintão também considera difícil o governo aprovar a pauta de privatizações. “A pandemia gerou uma resistência maior a essa pauta porque na pandemia o papel do Estado se mostrou mais necessário. No curto prazo o que devemos aprovar é o acordo com a Vale”, disse o deputado opositor.

O deputado Gustavo Valadares (PSDB), líder do governo na Assembleia, considera provável a aprovação do acordo com a Vale e do plano de RRF até o fim deste semestre. “Quanto à privatização da Codemig, acredito que esse assunto deve levar mais tempo. Devemos entrar para valer nisso após a aprovação dos outros dois temas.”

Se não conseguir aprovar a privatização da Codemig neste ano, o governo Zema encerrará sua primeira gestão com déficit de R\$ 12,4 bilhões, maior do que o déficit no fim da gestão de Fernando Pimentel (PT), em 2018, que foi de R\$ 11,2 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Cortinas plissadas blackout para janela cortina blackout bloco de luz preto sem fio 35

R\$ 115,60

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Psii! Você esqueceu seu sérum preenchedor de rugas no carrinho! Corre que dá tempo!

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Água Micelar Garnier SkinActive Antioleosidade Vitamina C Oil Free com 400ml 400ml

R\$ 33,39

DROGASIL

Go!

Indústria pede cautela com adesão a plano de compras públicas da OMC

Temor é de oportunidades em outros países bem menos vantajosas do que perdas potenciais com a concorrência de estrangeiros

Por Daniel Rittner — De Brasília

27/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A indústria vê com ressalvas a adesão do Brasil ao acordo global sobre compras públicas e pede cautela do governo Jair Bolsonaro nos compromissos de abertura que estão sendo negociados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). O temor é de oportunidades em outros países bem menos vantajosas do que perdas potenciais com a concorrência de firmas estrangeiras nas licitações do mercado brasileiro.

Em pesquisa com 101 empresas de 12 setores diferentes, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) detectou que 72% acreditam em impacto “alto” ou “médio” da maior participação de concorrentes de fora em licitações no Brasil. Paralelamente, 80% avaliam que o acesso das empresas brasileiras às compras governamentais de outros países signatários do tratado, na prática, deverá ser “nenhum” ou “baixo”.

O governo anunciou a intenção de aderir ao GPA - sigla em inglês para o Acordo de Compras Governamentais da OMC - no início do ano passado. Há 48 integrantes atualmente, incluindo economias avançadas como Estados Unidos, União Europeia, Canadá, Japão, Israel, Austrália e Nova Zelândia. Eles movimentam anualmente cerca de US\$ 1,7 trilhão em aquisições públicas.

Os termos exatos da entrada do Brasil, como compromissos em cada setor e escopo da abertura, estão sendo discutidos em Genebra. A próxima reunião negociadora ocorre na quarta-feira da próxima semana. O Ministério da Economia espera concluir o processo de adesão até o fim de 2022 - ou, pelo menos, deixá-lo em estágio bastante adiantado.

“O tom do nosso pedido se resume a uma palavra: cautela”, diz o gerente de Políticas de Integração Internacional da CNI, Fabrizio Panzini. “Não é nenhuma campanha contra o acordo, mas preocupação com a calibragem da proposta brasileira e com o risco de comprar gato por lebre.”

O segmento da construção pesada quer excluir licitações inferiores a R\$ 1 bilhão da exigência de abertura para concorrentes estrangeiros. Para os fabricantes de ônibus, aquisições de veículos feitas com recursos provenientes de fundos federais ou no âmbito do programa Caminho da Escola - do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - devem ficar fora das obrigações.

O pessoal da indústria têxtil defende que seja mantido o direito de margem de preferência, nas compras públicas, para pequenas e médias empresas brasileiras. Ou seja, elas ganhariam uma licitação mesmo tendo oferecido preço superior - até a margem estabelecida. No setor de defesa e segurança, as companhias querem preservar o uso do “offset” (compensações e transferência de tecnologia) como um dos critérios a serem pesados.

Há pedidos ainda, identificados pela CNI, na linha de que as exigências assumidas pela União não valham para entes subnacionais (Estados e municípios) ou estatais responsáveis por grande parte das aquisições. “As compras governamentais, quando bem utilizadas, podem garantir que algumas políticas públicas e o estímulo à produção sejam preservados. Isso está presente nos EUA, na UE, no Japão”, afirma Panzini.

A equipe econômica garante que não há motivo para pânico na indústria. O secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz, disse ao **Valor** que o governo está atento às sensibilidades do setor produtivo. Ele busca transmitir uma mensagem tranquilizadora e ressalta que o Brasil poderá negociar prazos de implementação dos compromissos (cinco, dez anos ou até mais), excluir segmentos da economia ou

mesmo produtos específicos, definir valores abaixo dos quais fornecedores locais ficarão protegidos.

“O GPA é um acordo muito flexível, que consegue comportar diversas sensibilidades”, destaca o secretário. Uma consulta pública foi realizada pela secretaria e houve cerca de dez reuniões com a iniciativa privada para mapear esses pontos. Ele acrescenta que o Brasil buscará sempre reciprocidade pela abertura com que eventualmente se comprometer a fazer no mercado doméstico, ou seja, não será algo unilateral.

O levantamento da CNI indica que apenas 6% das compras públicas no Japão estão cobertas pelo acordo global. No caso da UE, essa cobertura chega a 20%. Nos EUA, são 48% das aquisições governamentais. Ou seja, mais da metade das licitações continua privilegiando locais.

Ferraz defende, no entanto, a importância da adesão brasileira. Segundo ele, o setor público como um todo no país - União, Estados, municípios e empresas estatais - compra por ano em torno de US\$ 250 bilhões. “Estudos internacionais mostram que a economia estimada com o acordo, de forma conservadora, é 10%. No Brasil, significaria perto de US\$ 25 bilhões em recursos públicos poupados. É o equivalente a quatro orçamentos do Bolsa Família.”

Para o secretário, outro aspecto do acordo é fortalecer o combate à corrupção nas licitações, por meio de regras mais transparentes e aumento da competição nos certames. “A adesão trará necessariamente um alinhamento do arcabouço de regras das compras públicas brasileiras às melhores práticas internacionais”, explica Ferraz. “Isso dificulta conluios, fraudes, formação de cartéis.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Cortinas plissadas blackout para janela cortina blackout bloco de luz preto sem fio 35

R\$ 115,60

AMERICANAS.COM

Comprar



Por Fabio Graner

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Val... [ver mais](#)

Inflação e PIB melhoram cenário fiscal do governo

Governo calcula deflator do PIB em 9,3% para este ano

27/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Já é reconhecido na área econômica do governo que o cenário fiscal para este ano está melhor do que se imaginava e que a projeção de queda da relação entre a dívida bruta e o Produto Interno Bruto (PIB) para 87,2% está defasada. A nova estimativa está sendo revisada, mas fontes apontam tendência de um número menor e a possibilidade de ficar até abaixo de 85% do PIB, que foi mencionada anteontem em evento do BTG Pactual pelo ex-secretário do Tesouro e economista-chefe do banco, Mansueto Almeida.

Ele também está finalizando seus novos números, a serem divulgados em junho. Ao **Valor** Mansueto explicou que a dívida em 85% do PIB é um cenário conservador e que há chances razoáveis de o principal indicador fiscal do país ficar menor ainda.

Govt calcula deflator do PIB em 9,3% para este ano

O economista destaca a velocidade de mudança (para melhor) no cenário para as contas do governo em 2021, em decorrência de fatores como a surpresa positiva do PIB (real e nominal) e a inflação. Lembra que, há pouco mais de 50 dias, o consenso previa queda no PIB do primeiro trimestre, o que se alterou completamente nas últimas semanas, após os dados de atividade econômica de março. Ele projeta alta de 0,9%, que já aponta para uma expansão no ano de 4,3%, que pode chegar a 5% com um processo de vacinação mais acelerado.

A segunda surpresa é a alta nos preços de commodities. “Isso puxou o preço médio das exportações, melhorou os termos de troca e influencia o deflator de PIB [medida de inflação que o IBGE usa nas contas nacionais]. Com isso, estamos projetando o PIB nominal crescendo 12%, o maior ritmo desde 2011. Isso ajuda todas estatísticas fiscais”, disse Mansueto, acrescentando que o “deflator” está rodando acima do IPCA, fenômeno que ocorreu no primeiro governo Lula até meados do segundo.

A última surpresa citada é a revisão, feita pelo governo, do déficit primário para 2021, quase R\$ 100 bilhões menor. “Isso ocorreu pela arrecadação, que tem tido

ajuda da inflação”, disse.

Fontes da equipe econômica têm leitura semelhante, ainda que demonstrem cautela. O cenário de maior crescimento do PIB, da inflação, bem como uma expectativa de melhora para o resultado primário, ainda será incorporado na previsão da pasta para a dívida bruta.

É importante salientar o papel da inflação, que tem feito um estrago na renda do trabalhador, nesse processo. Ela contribui para aumentar a arrecadação e, conseqüentemente reduzir o déficit primário, e em outra frente, pelo efeito estatístico no denominador (PIB) sobre o qual é referenciada a dívida pública.

A projeção mais recente feita pela Secretaria de Política Econômica colocou a inflação usada no PIB em 9,3%, ante 6,75% anteriormente. A forte alta do IGP-DI, mas também o IPCA maior, foi determinante para essa revisão. Mas a estimativa de relação dívida/PIB em 87,2% feita pelo ministério ainda considera o “deflator” antigo.

Para um interlocutor da pasta, independentemente dos fatores que estão levando à melhora nas projeções, a realidade é que a sinalização de uma dívida abaixo de 85% coloca o país numa posição menos desconfortável para realizar seu processo de consolidação fiscal do que o seria com ela acima de 90%, como chegou a ser projetado ao longo do ano passado.

Outra fonte vai na mesma direção, ressaltando que, mesmo que a inflação tenha um papel relevante neste momento, a queda no endividamento diminui a percepção de risco sobre o país, favorecendo juros menores e um cenário de crescimento mais sustentável.

Esse interlocutor do governo, porém, destaca que essa leitura positiva leva em conta que a elevação dos índices de preços é temporária e que a inflação no Brasil voltará para o ritmo previsto nas metas já no segundo semestre e fechará o próximo ano no alvo de 3,5%.

Embora reconheça a possibilidade de melhora na dívida, o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, por ora se mostra com um cenário mais conservador. Mas destaca que a variável determinante neste ano será de fato o

deflator do PIB. “Mesmo que um cenário de que estabilidade ou queda da dívida se materialize neste ano, para a partir de 2022 voltaria a crescer.”

Ele comenta que a inflação é um fenômeno negativo para a economia de forma geral e que hoje está sendo afetada por apreensão com a política e o lado fiscal, por meio da taxa de câmbio. “Mas ela produz certos efeitos colaterais temporários que podem ajudar o teto, a dívida e a receita nominal. O teto, pelo mau desenho da regra. A dívida, pelo efeito no denominador do indicador, e a receita, porque quando mais PIB nominal, mais receita entra. Há que se ter muita cautela neste momento de elevada incerteza”, disse Salto.

O pesquisador do Ibre e economista-sênior da LCA Consultores Braulio Borges finalizou um texto mostrando que neste ano as contas públicas se beneficiarão de algo que pouco se viu no Brasil nas últimas duas décadas: o custo nominal da dívida ficando abaixo da variação do PIB nominal.

Segundo ele, entre 2001 e 2020 essa relação, chamada “ $r-g$ ” (no qual r é o custo da dívida e g é o crescimento nominal do PIB), ficou em média positiva em 2,7 pontos percentuais, ou seja, o custo da dívida ficou nessa proporção acima do crescimento do país. Para este ano, porém, ele contempla a possibilidade de o custo da dívida ficar 5 pontos percentuais inferior ao PIB.

Para um prazo maior, o cenário dele também é favorável. “O ‘ $r-g$ ’ brasileiro deverá se situar em torno de +1,2 p.p. ao ano considerando o cenário de consenso mais recente. Ou seja: ainda não se trata do ‘ $r-g$ ’ negativo observado em boa parte das economias centrais em termos históricos, mas será bem mais favorável, do ponto de vista da relação dívida/PIB, do que aquele observado no Brasil em 2014-2020 (+5,5 p.p.)”, disse, completando que isso implica uma necessidade de resultado primário menor para estabilizar a dívida.

De fato, é uma boa notícia que a situação de endividamento do país esteja melhor do que se imaginava há seis meses. Isso pode alimentar um ciclo econômico melhor à frente. Mas o desafio de se buscar uma equação fiscal que permita ao país agir com mais determinação e eficácia para reduzir a pobreza, a desigualdade e

promover o emprego e a elevação da renda dos trabalhadores continua colocado para o governo e a sociedade. E a pandemia só tornou isso mais urgente.

Fabio Graner é repórter. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Ribamar Oliveira

E-mail: fabio.graner@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Chegou em SALVADOR o Sutiã 5D Classic. Pare de sofrer com sutiãs que machucam.

BENDITA ANA BOUTIQUE

LINK PATROCINADO

Cortinas plissadas blackout para janela cortina blackout bloco de luz preto sem fio 35

R\$ 115,60

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Nova máscara está sendo recomendada na Europa

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

KING SHOES

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO



COMENTÁRIOS

Ministério troca nomes na Secretaria de Fazenda

Secretário deixa a pasta por razões pessoais

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

27/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Ministério da Economia anunciou alterações na equipe da Secretaria Especial de Fazenda. O secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (Secap), Pedro Calhman de Miranda, deixa o cargo por razões pessoais, informa a pasta. Será substituído pelo atual secretário-adjunto da Secretaria Especial de Fazenda, Gustavo José de Guimarães e Souza.

Em lugar de Guimarães, assume o cargo de secretária-adjunta da Secretaria Especial de Fazenda, a atual subsecretária de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional,

Gildenora Batista Dantas Milhomem. Para o cargo de subsecretário de contabilidade pública do Tesouro foi nomeado o atual coordenador-geral de Contabilidade da União, Heriberto Henrique Vilela do Nascimento.

Pedro Calhman é servidor de carreira do Banco Central. Gustavo Guimarães, doutor em economia pela Universidade de Brasília com estágio doutoral na Columbia University, também é servidor de carreira do Banco Central. Ele foi convidado para trabalhar no extinto Ministério da Fazenda, hoje Economia, em agosto de 2016 e é secretário-adjunto da Secretaria Especial de Fazenda desde junho de 2020.

Gildenora é Auditora Federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, contadora e especialista em administração pública. Heriberto é Auditor Federal de Finanças e Controle, contador, especialista em contabilidade pública e em gestão pública.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Cortina Portátil Blackout Momis Petit Preta

R\$ 188

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Tecido Para Sofá e Estofado Impermeabilizado Astúrias Cinza - Largura 1,40m - AST-43

R\$ 26,10

WILER-K BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Nova máscara está sendo recomendada na Europa

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

KING SHOES

Pará altera taxa e desagrada mineradoras

Mudança de cálculo pode triplicar receita do governo estadual com imposto sobre minérios

Por Marta Watanabe — De São Paulo

27/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Enquanto as atenções se voltam para a alta de preços do minério de ferro no mercado internacional, o Pará decidiu mudar a forma de cálculo da taxa estadual do setor de mineração, o que causou reação imediata das empresas.

A alteração poderia triplicar a receita do governo paraense com a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), mas a mudança de cálculo da cobrança resultou em ação judicial no início deste mês da Vale e da Salobo Metais, braço de exploração de cobre da companhia. Uma outra ação judicial também foi

movida em abril pelo Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Sinferbase).

Nesta semana, as empresas e o sindicato desistiram das suas respectivas ações. A Fazenda paraense não comenta casos específicos, mas informa que mantém a alteração de cálculo da taxa e que haverá cobrança da diferença caso o recolhimento seja menor que o considerado como devido. Em abril, a receita com a taxa foi de apenas R\$ 5 milhões, contra R\$ 42 milhões em igual mês do ano passado, diz o secretário de Fazenda do Pará, René de Oliveira e Sousa Júnior.

Procurada, a Vale informou que “não tem comentários” sobre o assunto. O escritório Sacha Calmon Misabel Derzi Consultores e Advogados, que representa as companhias e o sindicato nas ações, também não se manifestou.

Por meio de um decreto de março, o governo paraense mudou a forma de cálculo da taxa estadual sobre vários minérios, explica Sousa Júnior. A cobrança da taxa foi estabelecida por lei de 2011 do Pará, mas vinha sendo cobrada com base em decreto de 2012. A taxa sobre o minério de ferro, por exemplo, diz, era de uma Unidade Padrão Fiscal (UPF) do Pará por tonelada, na extração. Isso, explica, valia para volumes de até 10 milhões de toneladas mensais. Para volumes superiores, a cobrança era de 0,2 de UPF. A UPF, um indexador que corrige as taxas cobradas pelo governo paraense, vale atualmente R\$ 3,7292. No ano passado, diz o secretário, a receita paraense com a taxa foi de R\$ 540 milhões. Com a mudança, estima, essa arrecadação seria de R\$ 1,5 bilhão.

Segundo Sousa Júnior, a maior demanda pelas commodities e os preços mais altos já fazem diferença na arrecadação estadual. No ano passado o ICMS arrecadado no setor de mineração aumentou cerca de 70% nominais em relação a 2019. Neste ano, de janeiro a abril, também houve aumento nesse mesmo nível na receita estadual com imposto do setor na comparação com iguais meses de 2020.

Os dados do governo federal mostram que no ano passado os embarques de minério de ferro e seus concentrados no Estado do Pará somaram US\$ 13,97 bilhões, com alta de 20% em relação ao ano anterior. A exportação de minério de cobre e seus concentrados somou U\$ 1,94 bilhão em 2020 e, ao lado do minério de ferro, respondeu por mais de 75% dos embarques totais do Estado no ano passado.

Em nota, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) informa que recebeu com surpresa a alteração das alíquotas da taxa estadual sobre extração de minério de ferro, cobre, níquel e manganês. A entidade defende que a taxa criada pela lei paraense de 2011 é inconstitucional. O valor cobrado, aponta a nota, é desproporcional aos custos de fiscalização a que se propõe a taxa. O instituto diz ainda que não houve qualquer alteração significativa nas operações a que se destina a taxa que possa justificar a elevação do valor cobrado das empresas neste momento. A legislação estadual vigente inclusive determina que a alteração das alíquotas só poderia acontecer no ano de 2031, defende o Ibram.

Flávio Penido, diretor-presidente do Ibram, lembra que a taxa é cobrada também pelo Amapá e por Minas Gerais e que já há discussão judicial sobre o tema em ações levadas ao Judiciário pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Penido lembra ainda que o setor recolhe a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), que é administrada pela União, mas que tem recursos distribuídos a Estados e municípios.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conquiste o sonho da casa ou do carro próprio com Consórcio Itaú

CONSÓRCIO ITAÚ

STJ discute uso de ação civil pública para tema tributário

Ministros poderão fazer uma distinção no entendimento consolidado do Judiciário

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

27/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Ministra Regina Helena Costa: objetivo último é proteger direito fundamental — Foto: Divulgação/STJ

Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sinalizaram ontem que querem fazer uma distinção no entendimento consolidado do Judiciário que proíbe o Ministério Público de pleitear direitos de contribuintes, em matéria tributária, por meio de ação civil pública. O julgamento foi suspenso por pedido de vista da ministra Regina Helena Costa, depois de debates na 1ª Seção.

No caso que começou a ser analisado, a Fazenda Nacional questiona a legitimidade do Ministério Público (MP) para proteger o direito de portadores de necessidades especiais à isenção tributária na aquisição de veículos (EREsp 1428611). O MP se insurge contra a Instrução Normativa nº 988/2009, da Receita Federal.

Pela norma, o órgão condiciona a isenção do IPI e do IOF na compra de veículos à comprovação de condições financeiras ou patrimônio compatível com o valor do bem que o requerente pretende adquirir. Mas, no caso, a pessoa que pede a isenção tributária, além de ter deficiência física, não tem condições financeiras. Ela ainda mora com pais idosos e uma irmã com deficiência mental.

Em 2013, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceram, em repercussão geral, que o Ministério Público não pode ajuizar ação civil pública para defender contribuintes. A jurisprudência do STJ também é nesse sentido.

O relator do caso analisado agora pelo STJ, ministro Francisco Falcão, seguiu o entendimento consolidado e reforçou que o Ministério Público não tem esse poder. “Não podemos fazer jeitinho aqui”, disse. Mas os ministros Herman Benjamin e Regina Helena Costa propuseram elaborar uma distinção.

Segundo eles, o que está em jogo não é uma discussão tributária propriamente dita, mas o direito fundamental de pessoas com deficiência. “Há alguém mais vulnerável que uma pessoa fisicamente deficiente, pobre, que possui uma irmã com deficiência mental e pais idosos? É o párea do párea, mas não no ordenamento social de direito”, disse Benjamin. “A Receita não tem carta de alforria para praticar ilegalidades contra sujeitos hipervulneráveis.”

A ministra Regina Helena Costa acrescentou que, no caso, não há uma “discussão pura” sobre tributos. “O objetivo último é a proteção de direito fundamental. O viés é distinto”, afirmou. Ela pediu vista no processo e suspendeu o julgamento.

O ministro Campbell Marques ponderou ter a preocupação em fazer uma distinção por meio de embargos de divergência. Esse recurso é utilizado para uniformizar a jurisprudência do STJ e tem uma carga forte de precedente.

Para o ministro Gurgel de Faria, dizer que o MP não possui legitimidade na defesa de contribuintes não implica deixar pessoas desassistidas. “Pode-se constituir advogado ou mesmo pela via da defensoria pública”, disse.

A Fazenda Nacional considera perigoso abrir uma distinção no tema. Isso porque os efeitos de uma decisão em ação civil pública é para todos, e não apenas para um único beneficiário. “No fim, a ação civil pública seria transformada em ação direta de inconstitucionalidade ao afastar uma norma que prevê os requisitos exigidos para a isenção tributária”, afirma a procuradora Patrícia Grassi Osorio.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Nova máscara está sendo recomendada na Europa

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Psii! Você esqueceu seu sérum preenchedor de rugas no carrinho! Corre que dá tempo!

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Promoção NÃO PERCA O FRETADO!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS



COMENTÁRIOS

Guedes diz que reforma tributária ampla é 'suicida' e saquearia meio trilhão da União



O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: NurPhoto / NurPhoto via Getty Images

Ministro respondeu a pedidos feitos por industriais e criticou estados, que defendem a criação de um fundo de compensação para possíveis perdas de arrecadação

Fernanda Trisotto e Manoel Ventura

27/05/2021 - 10:37 / Atualizado em 27/05/2021 - 10:55



Newsletters

BRASÍLIA – O ministro da Economia, Paulo Guedes, criticou a reforma tributária ampla, a que classificou como suicida, e disse que a proposta que criaria um fundo de compensação para possíveis perdas de arrecadação de estados e municípios saquearia meio trilhão da União.

Apesar disso, ele afirmou que ainda há perspectiva para se fazer reformas interessantes, relativamente rápido, ainda em 2021.

— Resisti de entrar numa reforma tributária suicida, que ia tirar meio trilhão do governo federal, quebrar a União e tentar um acordo que ia muito além das responsabilidades do ministro da Fazenda – afirmou em evento com industriais na manhã desta quinta-feira.

Segundo o ministro, a reforma ampla é a ideal, mas não pode ser feita às custas da União e afirmou que a insistência dos estados na formação de um fundo de compensação de R\$ 400 bilhões foi o que bloqueou o avanço da proposta.

— Se os estados estão 100% a favor (da reforma ampla), vão aderir rapidamente à nossa reforma. Agora, tem que aderir sem pedir meio trilhão de compensação, porque aderir a um plano de saquear a união em meio trilhão é muito fácil – criticou.

Guedes ainda afirmou que a União transferiu cerca de meio trilhão aos estados recentemente, citando os repasses do Fundeb, recursos para combate à pandemia da Covid-19 e lei Kandir.

— Tudo que nenhum governo fez antes, nós tivemos que fazer. Querem mais meio trilhão?

Isso era um acordo entre o governador de São Paulo, o governador do Rio de Janeiro, que sofreu impeachment, e o ex-presidente da Câmara (Rodrigo Maia, do DEM-RJ), que conseguiram 100% (de adesão) dos estados em um acordo para tirar meio trilhão da União. Esse acordo é fácil. Eu também consigo aderência dos estados para qualquer coisa que eu quiser se eu der meio trilhão para eles – afirmou.

O ministro ressaltou que a proposta do governo vai focar no passaporte tributário, para ampliar espaço de renegociação de dívidas, e simplificação de tributos.

— A União não vai deixar se assaltar em meio trilhão. Agora, tiramos esse meio trilhão da mesa e vamos ver se eles estão a favor. Se tiverem, a gente faz (a reforma) em dois meses – declarou.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

E acrescentou:

— Sim, queremos, ampla, mas tem que ser prática e rápida, tem que acontecer em quatro, cinco meses. O ótimo é inimigo do bom.

O ministro ainda ressaltou que para avançar com a reforma, ele teve de abrir mão de pontos que defendia, como a criação de um imposto sobre transações para compensar a desoneração da folha de pagamentos.

Estados rebatem ministro

Os estados rebateram as declarações de Guedes, reafirmando a posição por uma reforma ampla e defendendo a implementação do

fundo de compensação como ferramenta para enfrentar as desigualdades regionais do país.

O secretário da Fazenda do Piauí e presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) afirmou que o grupo entende que uma reforma fatiada, como a proposta pelo governo, não resolve os problemas do sistema tributário nacional e por isso seguem na defesa da reforma ampla dos impostos sobre consumo com a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

— Para o Comsefaz e os Estados, o Fundo de Desenvolvimento Regional e de Incentivo às Exportações é instrumento essencial para assegurar mecanismos de estímulo aos investimentos nas regiões menos favorecidas, para que possamos enfrentar um problema secular do nosso país, as desigualdades regionais – afirmou Fonteles ao GLOBO.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Segundo o secretário, os termos desse fundo foram amplamente discutidos e negociados com o Congresso, Ministério da Economia, Receita Federal e entidades do setor produtivo.

ECOS DA CRISE SANITÁRIA

Bolsonaro quer justificativas de estados sobre restrições

Após reunião do presidente com Fux, AGU vai entrar no STF para que governadores e prefeitos expliquem ações na pandemia

MARIANA MUNIZ E
JUSSARA SOARES
opas@globo.com.br
BRASÍLIA

O governo de Jair Bolsonaro enviará ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação que deve pedir para que governadores e prefeitos sejam obrigados a "justificar" as medidas restritivas impostas por governadores e prefeitos na pandemia, de forma a apresentar a motivação para que as restrições sejam tomadas.

Segundo o GLOBO apurou, a ideia da Advocacia-

Geral da União (AGU), que trabalha no texto, é pedir para que a Corte analise a adoção das justificativas diante do quadro de crise econômica vivido pelo Brasil — respeitando a decisão tomada pelo plenário em abril de 2020, que estabeleceu a "competência concorrente" da União, estados, municípios e o Distrito Federal para ações contra a Covid-19.

A ação que será enviada ao Supremo substitui o plano do presidente República, manifestado publicamente em mais de uma ocasião, de edi-



Mudança de curso. Luiz Fux e Jair Bolsonaro: após encontro no Palácio da Alvorada, presidente redefiniu estratégia

tar um decreto contra as restrições adotadas por governadores e prefeitos, como toque de recolher e fechamento do comércio. No início do mês, em uma viagem a Rondônia, Bolsonaro chegou a dizer que o texto já estava pronto.

A solução via AGU passou a ser preparada após um encontro fora da agenda no Palácio da Alvorada, ocorrido na terça-feira da semana

passada, entre Bolsonaro e o presidente do STF, Luiz Fux, conforme revelou o colunista Lauro Jardim.

Fontes ouvidas reservadamente pelo GLOBO afirmam que o ministro foi chamado às pressas por Bolsonaro, que demonstrou preocupação com a economia — chegando a exibir para Fux vídeos de pessoas que relatam dificuldades para traba-

lhar e problemas financeiros. O presidente do STF teria respondido ao presidente compreender a situação, mas que não poderia falar em nome de toda a Corte.

A interlocutores, Fux disse entender como razoável um eventual pedido da AGU para que, no atual momento, as medidas restritivas sejam acompanhadas de justificativas e sejam usadas de

maneira racional. O presidente do STF expôs ainda a Bolsonaro que a Corte não vai revisar a questão da competência concorrente.

Ao longo de toda a pandemia, Bolsonaro se queixou de prefeitos e governadores que estipularam medidas de restrição de circulação. Em mais de uma ocasião, em uma interpretação equivocada da determinação do STF, o presidente afirmou que ficou impedido de atuar na pandemia porque todas as atribuições teriam ficado a cargo de estados e municípios.

RELAÇÃO CONTURBADA

Embora costurado após ouvir o presidente do Supremo, o movimento de Bolsonaro para frear a tomada de medidas por prefeitos e governadores pode não ter sucesso, já que o histórico recente do governo federal junto à Corte não é de resultados favoráveis. Nas últimas semanas, a relação entre os dois Poderes foi atravessada pela operação envolvendo o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que teve autorização do ministro Alexandre de Moraes e levou ao afastamento do presidente do Ibama, Eduardo Bim.

CASOS DE COVID EM ALTA

Estados apertam restrições para evitar 3ª onda

GIULIANA DE TOLEDO E
GUILHERME CAETANO
sociedade@oglobo.com.br
SÃO PAULO

Os números de novos casos e de internações por Covid-19 voltaram a crescer nos últimos dias e atingiram patamares próximos aos registrados no auge da segunda onda da pandemia, entre março e abril. Na tentativa de frear o contágio, ao menos quatro estados anunciaram ontem medidas mais rígidas de funcionamento do comércio. O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, admitiu que há uma "tendência de aumento de casos", ao falar durante audiência na Câmara dos Deputados, e disse que será necessário "trabalhar juntos para que se possa evitar essa terceira onda".

A média móvel de novos casos de Covid-19 em todo o país vem crescendo de forma ininterrupta desde 4 de maio, segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), que contabiliza dados repassados pelos estados. Ontem, a média de novos casos estava em 66.091. Desde o início da

pandemia, ainda no primeiro trimestre de 2020, esse índice só foi mais alto entre 15 de março e 15 de abril deste ano. Ao ser questionado sobre o assunto na Câmara, Queiroga disse que a variável indiana pode influenciar o incremento de casos.

— Pode haver tendência de aumento, que vai se refletir em nova pressão sobre o sistema de saúde. Mas também pode ser fruto de uma variante. Nós não temos essa resposta ainda — disse o ministro. — Pode ser necessário que se adote uma medida restritiva, mas cabe a cada autoridade municipal. O ministério fica vigilante para que se possa orientar. E vamos trabalhar juntos para que se possa evitar essa terceira onda.

HOSPITAIS CHEIOS

A tendência de crescimento também pode ser vista na média diária de internações no estado de São Paulo. Ontem foram 2.618 novas entradas em enfermarias e UTIs, de acordo com a plataforma InfoTracker, da USP e Unesp. O número, que vem crescendo desde a primeira semana de maio, voltou a um nível



Situação crítica. A piora nos indicadores levou o governo de SP a adiar por pelo menos 15 dias a flexibilização no comércio, prevista para semana que vem

próximo ao registrado na primeira quinzena de abril e é maior do que qualquer taxa contabilizada em 2020. O pico de internações no estado ocorreu em 25 de março, com 3.354 casos diários, segundo o InfoTracker.

— Estamos piorando. Não tão rápido quanto da outra vez (entre março e abril), mas estamos em piora progressiva e ininterrupta há praticamente um mês — diz Márcio Bittencourt, médico do Centro de Pesquisa Clínica e Epidemiológica do Hospital Universitário da USP. — Em primeiro lugar, porque vacinamos menos que em outros países. Em segundo, porque estamos mais abertos do que na maior parte dos países. Se você olhar o tipo de atividade e o tipo de permissão que se tem para fazer as coisas, estamos mais abertos agora do que estavam alguns estados dos EUA até o mês passado.

A piora nos indicadores

leveu o governo de São Paulo a adiar por pelo menos 15 dias a flexibilização no comércio, que estava prevista para semana que vem. A decisão foi tomada ontem após reunião do Comitê de Contingência da Covid-19. Pelas próximas duas semanas, o comércio pode funcionar com até 40% de ocupação, entre 6h e 21h. Na última segunda-feira, a taxa de ocupação de leitos de UTI para pacientes com Covid-19 voltou a ultrapassar 80% no estado, segundo a Secretaria de Saúde.

— As projeções indicam que ainda teremos um recrudescimento nas próximas semanas — afirma Paulo Menezes, coordenador do Centro de Contingência da Covid-19, que só visualiza uma melhora nos índices a partir do meio de junho.

Algumas cidades do interior de São Paulo adotaram medidas ainda mais rígidas. Em Ribeirão Preto, onde a

prefeitura já decretou lockdown em março, mercados e outros comércios só vão funcionar por meio de delivery até semana que vem, enquanto o transporte público deixará de circular. Outras 14 cidades da região estudam soluções parecidas para os próximos dias.

Outros três estados decidiram que o comércio precisa ficar mais tempo fechado. Em Pernambuco, onde a taxa de ocupação dos leitos de UTI está acima de 90% há três meses, medidas de restrição vão valer pelo menos até 6 de junho. Em algumas cidades, o comércio terá um horário reduzido de funcionamento apenas aos fins de semana. No Rio Grande do Norte, o governo prorrogou até dia 9 medidas sanitárias que preveem, entre outras coisas, toque de recolher das 22h às 5h. Além de restrição de circulação, o governo do Rio Grande do Sul anunciou que pretende fazer, a partir

do dia 1º, um programa de reforço na testagem.

MENOS VACINAS

Em nova atualização na projeção para distribuição de vacinas, o Ministério da Saúde passou a informar um total de 43,8 milhões de doses para o mês de junho. Antes das 13h, o número publicado no site da pasta era de 39,7 milhões ante os 52 milhões do cronograma anterior, o que representaria uma redução de 12,5 milhões.

O secretário-executivo do ministério, Rodrigo Cruz, informou em audiência na Câmara que a mudança ocorre devido ao atraso na produção pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) da vacina AstraZeneca.

— Quando tivemos confirmação de que não seria possível a produção, reduzimos nosso cronograma — disse o secretário-executivo. (Colaborou Adriana Mendes, de Brasília)

Argentina se articula em Brasília para evitar ruptura no Mercosul

Embaixador conversa com ex-presidentes, Itamaraty, membros do governo e parlamentares na busca de apoio

JANAÍNA FIGUEIREDO
jainaina.figueiredo@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Com os desentendimentos políticos permanentes entre os presidentes Jair Bolsonaro e Alberto Fernández como pano de fundo, os governos do Brasil e Argentina estão mergulhados numa negociação técnica que ameaça, admitiram fontes de ambos os países, o futuro do Mercosul. Sustentando uma narrativa que interpreta os planos de modernização e flexibilização do bloco defendidos pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como algo que poderia levar à violação do Tratado de Assunção (que em 1991 marcou o nascimento do Mercosul), o embaixador argentino no Brasil, Daniel Scioli, dedicou as últimas semanas a recolher apoios à posição argentina na disputa, incluindo em sua agenda encontros com os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e José Sarney.

Em paralelo, o governo argentino fez uma nova proposta, ainda informal, sobre a re-

forma da Tarifa Externa Comum (TEC, que taxa produtos de fora do bloco), hoje, em média, de 11,7%. Guedes, tentando avançar com sua agenda de abertura econômica, defende uma redução linear de 10% da TEC imediatamente, e outro corte de 10% no fim do ano. Em sua nova proposta, a Argentina aceita que o Brasil faça uma redução de 10% agora, e se compromete a baixar 10% da TEC de 75% de suas posições tarifárias em janeiro de 2022. Mas não fala num segundo corte de 10%, algo considerado essencial pela equipe econômica brasileira.

BRASIL FAZ ANÁLISE JURÍDICA

Existe, ainda, a discussão sobre flexibilizar a dinâmica de negociações dentro do bloco. Brasil e Uruguai querem sinal verde para negociações que não necessariamente incluam os quatro membros do Mercosul, mas Argentina e Paraguai resistem. Os dois pontos de conflito serão discutidos hoje, em reunião de coordenadores do bloco. Se houver chance de acordo, ministros da Economia e chanceleres — com ex-

ceção de Guedes, que já avisou que não irá — se reunirão em 8 de junho, em Buenos Aires.

—O Brasil tem que ser âncora dos grandes investimentos e transbordar a produção para a América Latina. Não vamos ficar presos à região, foi um erro, o Mercosul nos aprisionou — declarou o ministro esta semana.

Claro recado para os argentinos, que temem que, se a decisão final chegar ao nível de presidentes, Bolsonaro poderia se inclinar por Guedes. No governo brasileiro existem posições favoráveis a esgotar as possibilidades de um entendimento que preserve o Mercosul. O chanceler Carlos França, e o secretário de Assuntos Estratégicos do Palácio do Planalto, almirante Flávio Viana Rocha, mantêm diálogo fluido com Scioli, e segunda-feira conversaram com o chanceler argentino, Felipe Solá, na posse do presidente do Equador, Guillermo Lasso, em Quito.

Com a economia em ruínas, Buenos Aires insiste em descartar a possibilidade de uma abertura no ritmo pretendido por Guedes e bate com fre-



Ofensiva. O embaixador Daniel Scioli busca um acordo sobre a Tarifa Externa Comum que contente os dois lados

quência na tecla da necessidade de respeitar o consenso, regra básica do Tratado de Assunção. Do lado do Brasil, argumenta-se que a proposta do ministro não implica a ruptura do Mercosul, e sim um passo necessário para dar dinamismo ao bloco e alavancar o crescimento do Brasil.

A Argentina, apontam fontes brasileiras, quer manter cativo o mercado do Brasil com uma estrutura tarifária protecionista. As fontes afirmam, ainda, que o tratado tem inúmeras flexibilidades já aceitas e que hoje se tornou uma “peça de ficção”.

Estão sendo feitas análises jurídicas para determinar se os planos de Guedes podem ser implementados sem ferir a base legal do Mercosul,

de forma a derrubar a teoria argentina de que o ministro pretende dinamitar o bloco.

GUERRA DE NARRATIVAS

Acima de questões técnicas e dados comerciais, instalou-se uma guerra de narrativas. O embaixador Scioli tem feito um trabalho minucioso para acumular apoios à defesa do Mercosul. A expectativa do governo argentino, e sobretudo do embaixador, é de que a ofensiva de Guedes seja rejeitada por setores empresariais e políticos brasileiros.

O futuro do Mercosul será decidido pelos presidentes e, no caso da Argentina, a opinião da vice-presidente Cristina Kirchner será crucial. Muitos se perguntam se ela aceitará fechar um acordo com o go-

verno Bolsonaro que implique abrir a economia, quando internamente o kirchnerismo se opõe a reajustes de tarifas e pagamentos de dívidas com organismos internacionais.

No Brasil, Bolsonaro também deverá se posicionar. Em ritmo de campanha e com a amizade explícita do governo argentino com Lula, aceitar fazer concessões à Argentina seria algo difícil de digerir.

Dentro do Mercosul, o governo brasileiro tem o apoio do Uruguai. Na última cúpula de presidentes do bloco, Fernández disse a seu colega uruguaio, Luis Lacalle Pou, que desça do barco se não estiver satisfeito. O barco é o Mercosul, e nunca esteve navegando em águas tão turbulentas.

Veículo: G1	
Data: 26/05/21	



Tesouro reduz previsão para crescimento da dívida, que pode chegar a R\$ 5,8 trilhões em 2021

Em janeiro, Tesouro Nacional projetava aumento da dívida pública em 2021 para até R\$ 5,9 trilhões. No fim de 2020, valor atingiu recorde de R\$ 5 trilhões.

Por Jamile Racanicci, TV Globo — Brasília

26/05/2021 15h27 Atualizado há 18 horas

A Secretaria do Tesouro Nacional passou a projetar que a dívida pública federal pode crescer para até R\$ 5,8 trilhões ao final de 2021, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira (26).

Os R\$ 5,8 trilhões representam o teto, isto é, o valor máximo que a dívida pode alcançar até o fim deste ano. A nova projeção é inferior ao **teto divulgado em janeiro, de R\$ 5,9 trilhões**.

Já o piso da dívida pública federal passou a ser projetado em R\$ 5,5 trilhões. Este é o valor mínimo que a dívida deve atingir ao final do ano. Em janeiro, o Tesouro Nacional calculava o piso em R\$ 5,6 trilhões. As projeções foram alteradas pelo Tesouro Nacional no Plano Anual de Financiamento de 2021.

Condições econômicas

Segundo o Tesouro, os novos limites são menores porque as condições econômicas estão "relativamente mais favoráveis do que o estimado" anteriormente. Divulgado inicialmente em janeiro, o Plano Anual de Financiamento é construído entre outubro e dezembro.

"[O plano] foi desenhado em um contexto ainda marcado pelas incertezas em decorrência da pandemia de Covid-19 e seus impactos na economia e nos mercados financeiros", informou o Tesouro em nota.

"[Era] um momento bastante complexo em relação não só à pandemia, que continuou para os meses seguintes, mas principalmente em relação aos impactos fiscais que estávamos vivendo naquele momento em relação à pandemia", complementou o subsecretário da Dívida Pública, Otávio Ladeira.

Ainda segundo Ladeira, a aprovação da **PEC Emergencial** em março permitiu que o governo federal usasse recursos que estariam "represados" em fundos públicos para pagar uma parte da dívida.

"Conseguimos retirar R\$ 140 bilhões de recursos de fundos públicos e transferir para o pagamento da dívida pública neste ano de 2021 e assim poderemos fazer em 2022 e em 2023", disse.

Outro motivo para revisar os limites foi a divulgação do cronograma de devolução de recursos emprestados pela União a bancos públicos. A soma dos valores pagos e a receber totaliza R\$ 107 bilhões em devoluções em 2021.

Ainda este ano, a União espera receber R\$ 62 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e mais R\$ 7 bilhões da Caixa Econômica Federal. Outros R\$ 38 bilhões já foram pagos pelo BNDES.

"Estamos falando aqui de R\$ 247 bilhões não previstos quando da construção do plano e agora temos à nossa disposição para financiar a dívida pública em 2021 ou para reforçar o caixa da dívida pública para os anos seguintes", resumiu o subsecretário.

Ao fim de 2020, a **dívida pública federal atingiu recorde de R\$ 5 trilhões**.



Dívida pública federal bate recorde em 2020 e atinge R\$ 5 trilhões
Emitida pelo Tesouro Nacional, a dívida pública tem como objetivo financiar o déficit orçamentário do governo federal.

Os empréstimos são feitos para cobrir gastos da União que ficam acima da arrecadação com tributos. A dívida pública federal inclui os débitos do governo no Brasil e no exterior.

Resgate em abril bate recorde

De acordo com o Tesouro Nacional, a dívida pública federal em títulos recuou 2,92% em abril e caiu para R\$ 5,089 trilhões. Em março, a dívida somava R\$ 5,242 trilhões.

A queda em abril é explicada por um resgate líquido recorde de R\$ 167,16 bilhões. É o maior valor para todos os meses da série histórica, iniciada em novembro de 2006.

Em abril, o total de resgates chegou a R\$ 340,645 bilhões, enquanto as emissões somaram R\$ 173,483 bilhões. O chamado resgate líquido resulta da subtração desses dois valores.

Segundo o Tesouro Nacional, o recorde de resgates se deve ao vencimento em abril de títulos públicos com taxas prefixadas que somam R\$ 283,55 bilhões.

Veículo: G1	
Data: 26/05/21	



Preço do etanol dispara no país e chega a R\$ 6,494 nos postos de combustível do Sul

Aumento se deve à estiagem que ocorreu no verão e à alta do preço do açúcar no mercado internacional.

Por Patrícia Basilio, G1

26/05/2021 20h10 Atualizado há 14 horas



Gasolina no DF sofre aumento após valor do etanol ser impactado pela safra da cana-de-açúcar — Foto: TV Globo/Reprodução

Os preços do etanol dispararam nos postos de todo país em maio, segundo pesquisa realizada pela **ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)** entre os dias 1º e 21 deste mês. Na

região Sul, por exemplo, foi possível encontrar o combustível por até R\$ 6,494 o litro.

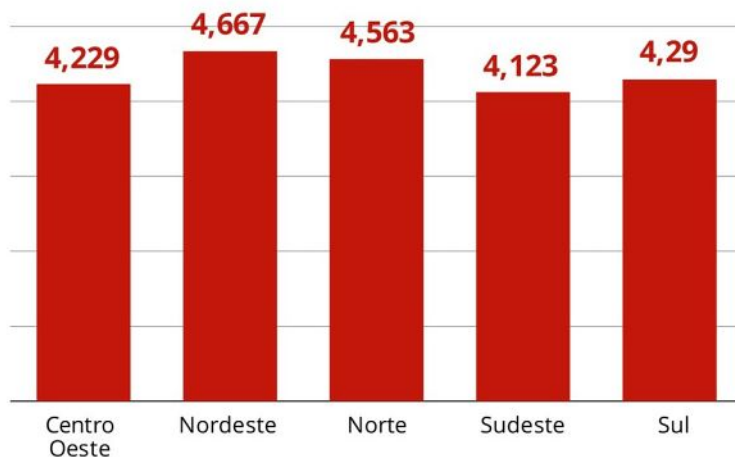
Na região Sudeste, por sua vez, o valor médio do etanol no acumulado do mês é de R\$ 4,123, mas chegou a registrar até R\$ 5,999.

Com o período de colheita da cana de açúcar e produção de álcool geralmente dentro do intervalo de abril e dezembro, o preço do etanol deveria estar em queda agora, **mas não é isso que está acontecendo**. De acordo com Mario Campos, presidente da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de **Minas Gerais** (Siamig), os preços do etanol estão aumentando por conta da estiagem que ocorreu no verão.

"A produção não veio de forma consistente e, por isso, ocorreu um problema de oferta e demanda que fez os preços do combustível subirem", explicou o executivo.

Preços do etanol ao consumidor no Brasil

Valor médio cobrado pelo combustível nos postos de gasolina, em R\$



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)



Infográfico elaborado em: 26/05/2021

Preços do etanol ao consumidor no Brasil — Foto: G1

Apesar do cenário negativo para os consumidores, Campos pondera que houve produção — ainda que inferior à registrada nos anos anteriores — e, por isso, os preços devem cair em breve nos postos de combustível.

"A redução vai chegar às bombas nas próximas semanas nos mercados onde o etanol é mais competitivo, como São Paulo, Paraná e Minas Gerais. No entanto, a paridade de preços com a gasolina deve ser menos comum em função da safra ter sido menor", disse.

Alta do açúcar no exterior

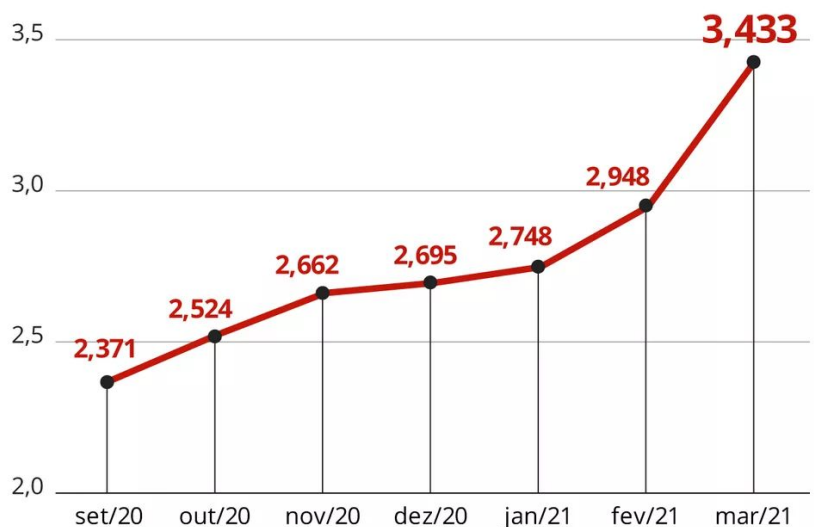
Além da seca no verão brasileiro, a disparada do açúcar no mercado internacional também está entre os principais motivos da valorização do etanol.

Com os preços em alta no exterior, os produtores preferem fabricar cana para exportar açúcar do que para produzir etanol.

De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), em abril, o Brasil exportou 1,904 milhão de toneladas de açúcares e melaços, 25,67% a mais do que em igual mês de 2020, quando foi embarcado um total de 1,515 milhão de toneladas.

Preços de distribuição do etanol no Brasil

Valor médio, em R\$



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)



Infográfico elaborado em: 26/05/2021

poder

PAINEL

Fabio Serapião (interino)
painel@grupofolha.com.br

Sherlock

A nomeação de Roger Alves Vieira para o cargo de diretor na Secretaria Especial de Cultura do governo federal, comandada por Mario Frias, resultou em um "mini-dossiê" difundido nos últimos dias por radicais nos grupos de aplicativos de conversa de servidores. Intitulado "Mario Frias nomeia petista", o documento sublinha passagens de Vieira pela administração do ex-governador Fernando Pimentel (MG) e de Juninho (PSB), ex-prefeito da cidade mineira de Mário Campos eleito em coligação com PT.

RESPOSTA Vieira, responsável pelo departamento de Registro, Acompanhamento e Fiscalização da secretaria, rebateu o material em mensagem enviada aos servidores em que afirma nunca ter sido filiado ou concorrido a cargos eletivos pelo PT. Ele diz que sua atuação no governo de MG e na prefeitura de Mário Campos teve caráter técnico.

TI-TI-TI Ao PAINEL ele classificou o documento espalhado nos aplicativos de mensagem como fofoca, possivelmente com o objetivo de derrubá-lo, e explicou que sua nomeação no governo de Jair Bolsonaro, em 11 de maio, foi endossada por Frias, que já o conhecia.

HISTÓRICO Em abril, a coluna mostrou que olivistas e outros radicais de direita que trabalham na Secretaria da Cultura de Bolsonaro têm elaborado dossiês fundamentados na orientação política de servidores que desejam que sejam exonerados ou promovidos.

SEM MEDO O governador de Roraima, Antônio Denarium (sem partido), diz que falará à CPI da Covid sem pedir habeas corpus por não ter nada a esconder. Ele foi um dos nove chefes de Executivos estaduais convocados porque suas gestões foram alvos de operações da Polícia Federal.

PEITO ABERTO "Acho muito bom fazer a investigação sobre qualquer tipo de desvio de dinheiro público. Esse mal tem que ser combatido", afirmou.

POLÊMICO A PF realizou a operação Desvid-19 em Roraima, que ganhou forte repercussão ao flagrar o senador Chico Rodrigues (DEM-RR) com dinheiro na cueca.

CUIDADO A Alai (Associação Latino-Americana de Interne) divulgou nota em que afirma estar preocupada com o decreto de debate pelo governo federal paralisar a exclusão de posts. Um dos pontos negativos do atual texto, diz a associação, é o possível impacto no combate à fraude e à lavagem de dinheiro.

TIROTEIO

“Vidas não têm patentes. A postura de negar leitões não é compatível com o sentimento que o povo tem pelo Exército”

De Marcelo Ramos (PL-AM), deputado e vice-presidente da Câmara, sobre notícia de que Forças Armadas negaram leitões em hospitais

com Guilherme Seto e Carolina Linhares

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Atendimento ao assinante

(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Ombudsman

ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Assine a Folha

assine.folha.com.br | 0800-015-8000

	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R\$ 5	R\$ 7	R\$ 742,90
DF, SC	R\$ 5,50	R\$ 8	R\$ 935,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 6	R\$ 8,50	R\$ 1.180,90
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 9,25	R\$ 11	R\$ 1.269,90
Outros estados	R\$ 10	R\$ 11,50	R\$ 1.581,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%



Senadores conversam durante sessão da CPI da Covid nesta quarta-feira (26) Edison Rodrigues/Agência Senado

Após atritos, CPI convoca governadores, mas maioria quer adiar depoimentos

Além de nove gestores estaduais, comissão chamará Filipe Martins e Arthur Weintraub e fará novas oitivas de Pazuello e Queiroga

Júlia Chaib e Renato Machado

BRASÍLIA A convocação de nove governadores para depor na CPI da Covid provocou atrito no grupo majoritário da comissão, que agora quer postergar ou no mínimo diluir os depoimentos dos gestores estaduais o máximo possível. Reservadamente, os senadores avaliam que a oitiva de governadores vai desvirtuar o rumo atual das investigações e tirar o foco do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), beneficiando o mandatário.

A maioria dos integrantes da CPI é formada por senadores independentes ou de oposição — só a dos 11 titulares são governistas.

As divergências a respeito da convocação ficaram explícitas nesta quarta-feira (26) em bate-boca durante a reunião em que foram aprovados os requerimentos.

A comissão aprovou novas convocações do ex-ministro Eduardo Pazuello (Saúde) e do atual ocupante da pasta, Marcelo Queiroga, que já haviam prestado depoimento.

Dos governadores foram convocados Wilson Lima (PSC-AM), Helder Barbalho (MDB-PA), Ibaneis Rocha (MDB-DF), Mauro Carlesse (PSL-TO), Carlos Moisés (PSL-SC), Antonio Oliverio Garcia de Almeida (sem partido-RR), Waldez Góes (PDT-AP), Wellington Dias (PT-PI) e Marcos José Rocha dos Santos (PSL-RO). Também foi chamado o ex-governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel (PSC).

Em derrota para o governo Bolsonaro, ainda foram convocados o assessor internacional da Presidência, Filipe Martins, e o ex-asser especial Arthur Weintraub —irmão

do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub.

As convocações foram definidas em reunião secreta dos membros da comissão, realizada pouco antes da sessão em que os requerimentos foram apreciados. Os governistas foram pegos de surpresa no encontro com o anúncio do presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), de que havia decidido chamar governadores.

Embora sempre fosse um pleito dos aliados de Bolsonaro, a ideia enfrentava resistência do próprio Aziz.

Segundo alguns participantes da reunião, a sugestão foi aceita por unanimidade. No entanto, mais tarde, na hora da votação aberta, alguns senadores apresentaram votos contrários, como o petista Humberto Costa (PE).

“Nós fizemos um acordo, senador Humberto Vossa Excelência agora tem de cumprir o acordo aqui, por favor”, disse o presidente da comissão.

Para não haver uma convocação indiscriminada de governadores, todos os membros da comissão teriam acordado uma sugestão de Alesandro Vieira (Cidadania-SE), que propôs delimitar aos estados em que houve atuação da Polícia Federal ou Ministério Público Federal ou irregularidades com recursos destinados para o enfrentamento da Covid-19.

Com isso, ficou de fora o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), que disse, em rede social, que pode comparecer se for chamado.

“Podem me chamar na CPI que vou. Quem não deve não teme”, afirmou, em resposta a uma postagem do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

No caso específico da convocação de Helder Barbalho,

“Olha, senador Eduardo Girão, Vossa Excelência é um oportunista, e oportunista, pequeno. Estava lá, escutou o que nós acordamos. Vossa Excelência, que não entende patavina de saúde, quer impor a cloroquina na cabeça da população. Repito: é um oportunista”

Omar Aziz (PSD-AM) presidente da CPI da Covid no Senado, após o senador bolsnista Eduardo Girão (Podemos-CE) questionar porque não foram chamados deputados e outros governadores para serem ouvidos na comissão

filho do suplente da CPI Jader Barbalho (MDB-PA), houve oposição do relator Renan Calheiros (MDB-AL), de Eduardo Braga (MDB-AM) e de Costa.

Embora as convocações tenham passado, a própria cúpula da CPI avalia que não é possível alterar agora o rumo das investigações, que têm ficado nas omissões, e crimes do governo federal. Ou seja, os depoimentos não devem ser marcados para o curto prazo ou serão espaçados. Cabe a Aziz definir o momento em que cada um será chamado.

Nos bastidores, a avaliação dos senadores é que caso haja oitiva em sequência de governadores, a CPI ficará praticamente inviabilizada. Bolsonaro tem defendido que o escopo de investigação do colegiado inclua os estados que receberam recursos federais de combate da Covid-19.

Originalmente, a CPI instalada em abril tem um prazo de 90 dias para realizar procedimentos de investigação e elaborar um relatório final, mas ele ainda pode ser prorrogado por igual período.

Embora resistisse a ouvir governadores, o presidente da CPI passou a ser pressionado para chamar o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), como defendeu o seu contrâeneiro, Eduardo Braga.

Para senadores, com a intenção de diluir o mal-estar de chamar Lima, Aziz decidiu convocar todos os gestores.

Antes da reunião secreta desta quarta, o assunto havia sido debatido em ao menos duas reuniões nesta semana. Nos encontros com o grupo majoritário da comissão, Omar Aziz comunicou os colegas da decisão e ouviu relatos de divergência.

Continua na pág. A5



Continuação da pág. A4

Renan, relator da CPI, e Randalfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente, disseram a Aziz, se contra. Houve, porém, um entendimento de que era preciso casar as vontades de Aziz com a desses senadores.

Também foi feita a avaliação de que chamar os governadores seria uma forma de matar o argumento de governistas, de que o objetivo da CPI é não somente investigar Bolsonaro e não buscar erros cometidos na pandemia. Ou seja, convocá-los poderia amainar críticas de parcialidade na CPI.

Além disso, alguns membros do grupo majoritário apostam que o STF (Supremo Tribunal Federal) vai conceder habeas corpus a todos os governadores que pedirem.

A aposta se dá na jurisprudência existente na alta corte, que já decidiu em 2012 a favor do ex-governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB) para que não comparecesse para depor na CPI do Cachoeira. O pedido inicial se baseava na argumentação de que uma comissão do Congresso não teria competência para convocar um governador.

Outra parte do grupo majoritário, por sua vez, argumenta que não seria bom para a relação entre Senado e Supremo empurrar para o Judiciário a decisão, em mais uma divergência dentro do grupo.

Em movimento que foi visto por muitos como destinado a enterrar a convocação de governadores, Randalfe apresentou requerimento para convocar o presidente Jair Bolsonaro. O requerimento gerou discussão com governistas. Marcos Rogério (DEM-RO) considerou a iniciativa uma piada e disse que era uma "afrenta ao princípio da separação dos Poderes".

Em outro momento quente da sessão, o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) questionou o fato de não serem votados requerimentos para a convocação de prefeitos, além de outros governadores.

Aziz então afirmou que Girão também estava desvirtuando o que havia sido acordado e disparou contra o colega. "Olha, senador Eduard Girão, Vossa Excelência é um oportunista, e oportunista é um oportunista, e oportunista é o que nós acordamos", disse o presidente da comissão.

"Vossa Excelência, que não entende patavina de saúde, quer impor a cloroquina na cabeça da população. Repito: é um oportunista", afirmou.

Os senadores do grupo majoritário, por outro lado, concordaram com a convocação de autoridades que podem contribuir na investigação do governo Bolsonaro.

Como era esperado, foram aprovados os requerimentos para ouvir novamente Queiroga, que irritou integrantes da comissão ao fugir das perguntas, repetindo "que não faria 'juízo de valor'".

Em relação a Pazuella, a comissão pretende ouvi-lo novamente por causa de mentiras, na avaliação deles, que foram ditas em seus dois dias de depoimento.

A pressão para chamá-lo novamente também aumentou após o ex-ministro, que é general da ativa do Exército, subir em palanque político com Bolsonaro em ato no domingo (23) no Rio de Janeiro. A presença de Pazuella no local, sem máscara, motivou a abertura de procedimento disciplinar na instituição — que proíbe manifestações políticas de militares em atividade.

Quando compareceu da primeira vez, nos dias 19 e 20 de maio, Pazuella estava munido de um habeas corpus que garantia o direito ao silêncio em determinadas perguntas.

O general respondeu a todos os questionamentos, mas os senadores consideram que o instrumento jurídico proporcionou uma blindagem extra.

Além disso, houve contradição entre as informações prestadas por Pazuella e a fala de Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde.

Os senadores disseram acreditar que os dois têm papel relevante no chamado "ministério paralelo", centro de aconselhamento ao presidente sobre a pandemia fora da estrutura do Ministério da Saúde e que propagaria a cloroquina. Nesta quarta, também foram convocados Airton Cascavel, atual secretário de Saúde de Roraima e ex-homem forte de Pazuella no ministério; o empresário bilionário Carlos Wizard, que atuava como conselheiro do ex-ministro; e Luana Araújo, que chegou a ser anunciada como secretária especial de Enfrentamento da Covid, mas saiu após

Próximos depoimentos

GOVERNADORES

- Wilson Lima (AM)
- Helder Barbalho (PA)
- Ibaneis Rocha (DF)
- Mauro Carlesse (TO)
- Carlos Moises (SC)

• Antonio Oliverio Garcia de Almeida (RR)

• Waldez Góes (AP)

• Wellington Dias (PI)

• Marcos José Rocha dos Santos (RO)

• Wilson Witzel ex-governador do Rio

ALIADOS DO GOVERNO E ASSESSORES

• Filipe Martins assessor internacional da Presidência (atuaria em uma espécie de "ministério paralelo" da crise da Covid)

• Carlos Wizard empresário que atuava como conselheiro de Eduardo Pazuella na Saúde

• Arthur Weintraub ex-assessor especial da Presidência

• Marcos Arnaud conhecido como Marquinhos Show, que era responsável pela comunicação de Pazuella

• Airton Cascavel atual secretário de Saúde de Roraima e ex-homem forte de Pazuella no ministério

• Luana Araújo que chegou a ser anunciada como secretária especial de Enfrentamento à Covid, mas saiu após 10 dias

RECONVOCADOS

• Eduardo Pazuella ex-ministro da Saúde, que prestou depoimento nos últimos dias 19 e 20

• Marcelo Queiroga atual ministro da Saúde, que prestou depoimento no último dia 6

ENTENDA A CPI

• Foi criada após determinação do Supremo ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

• Investiga ações e omissões de Bolsonaro na pandemia e repasses federais a estados e municípios

• Iniciada em 29 de abril, tem prazo inicial (prorrogável) de 90 dias para realizar procedimentos de investigação

• Relatório final será encaminhado ao Ministério Público para eventuais criminalizações

• É formada por 11 integrantes, com minoria de senadores governistas

— Jorginho Mello (PL-SC), Eduardo Girão (Podemos-CE), Marcos Rogério (DEM-RO) e Ciro Nogueira (PP-PI). Completam a comissão Humberto Costa (PT-PE), Randalfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente; Renan Calheiros (MDB-AL), relator; Otto Alencar (PSD-BA), Omar Aziz (PSD-AM), presidente; Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Eduardo Braga (MDB-AM)

Pazuella e o seu Sereio

Honra do Exército brasileiro não resiste sequer ao canto de um descerebrado

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e embaixador científico na Fundação Alexander von Humboldt

Numa passagem da "Odisseia", de Homero, conhecida como "Ulisses e as Sereias", o herói, navegando de volta para casa depois da guerra, recebe conselho de uma feiticeira. Ela lhe sugere não ouvir o canto das sereias, cujo feitiço faz os homens perderem o senso e se jogarem à morte.

Ulisses manda seus marinheiros taparem seus ouvidos com cera e lhe amarraram ao mastro para que só ele possa ouvir, mas não caia no encanto. "Se eu implorar para que me libertem, devem me amarrar com mais força." Num momento de serenidade, sabendo do risco e da fragilidade da razão, estabeleceu para si limites a sua liberdade de um evento futuro específico. (Busque as pinturas que representam essa história.)

A imagem do "Pacto de Ulisses" serviu de metáfora para explicar e justificar certas instituições jurídicas e políticas. Elucida, por exemplo, o espírito do constitucionalismo e o papel de constituições: amarrar a democracia ao mastro que segure as paixões majoritárias, a taquiarquia, as emoções primárias, os instintos primitivos. Às vezes, menosliberdade é mais. Assim é a liberdade constitucional. (Leia Jon Elster sobre Ulisses e autocontenção.)

Ajuda também a entender instituições comprometidas com a imparcialidade, que precisam pairar, tanto quanto possível, acima do conflito entre governo e oposição, maiorias e minorias, aliados e adversários. Precisam se

despolitizar, permanecer despolitizadas e se proteger das tentações.

Fazer instituições de Estado funcionarem como instituições de Estado é a maior operação republicana numa democracia. É uma façanha, uma busca permanente e falível. Portanto, uma conquista provisória, nunca definitiva. Atinge-se em graus, não na exata perfeição. São imprescindíveis regras constitucionais que tracem a arquitetura dessas instituições e mecanismos de controle ético e jurídico de seus agentes.

Forças Armadas, Poder Judiciário, Ministério Público, polícia, o Itamaraty são exemplos mais evidentes. Não basta se proclamar instituição de Estado, é necessário parecer instituição de Estado, pôr em prática seus princípios e controlovações. Sancionar, sobre tudo, agentes que delinquem.

Tivemos o nosso Ulisses particular. Declarou ter "ódio e nojo da ditadura" e ajudou a escrever a Constituição mais democrática e liberal da história brasileira. Deixou escapar defeitos que as gerações seguintes ainda não foram capazes de consertar.

Entre os defeitos estão avidas amplas demais para que um presidente qualquer as capture e um autocrata qualquer as imploda. A técnica politizadora de Bolsonaro envolve promessas de cargos futuros, favores orçamentários e até autorização para matar em troca de servilismo eleitoral. Sem contar os incentivos para que agentes de Es-

tado use de sua instituição como trampolim para carreira eleitoral (sem regras rigorosas de quarentena).

Na odisseia bolsionista, um mito tosco e letal convide instituições de Estado a se corromperem impunemente. Tão ciosas de sua própria honra, vendem-se por qualquer teto duplex (truque que rompeu o teto constitucional e quase dobrou salário de membros da família militar, como Heleno, Braga Neto, Ramos e Bolsonaro). A cooptação pelo bolso se vê em aumentos desmedidos de remunerações, gratificações e orçamento.

O Sereio brasileiro tem seus generais, sua polícia, seu procurador-geral, seu advogado-geral, seu ministro da Saúde e gabinete paralelo da saúde na pandemia. Não hesitam em seguir caprichos do presidente, pouco importam a orientação legal, as normas de decoro, o sentido da política pública e recomendações da ciência. O descolamento entre o pessoal e o institucional tornou-se impossível.

Pazuella, esse antiépico, não se amarrar ao mastro. Beijou o Sereio e se amarrar na moto para passar pela orla carioca. Mentiu na CPI, subiu no palanque e violou a ética militar com estilo e espalhafato. Pode ser "punido" com a reserva. Pazuella e a instituição que encarna, as Forças Armadas brasileiras, seguem juntos na garupa de sua ninfa repugnante. Não sem antes mandar a feiticeira para o porão.

DOM, Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG, Celso R. de Barros | TER, Joel P. da Fonseca | QUA, Elio Gaspari | QUI, Conrado H. Mendes | SEX, Reinaldo Azevedo, Silvio Almeida, Angela Alonso | SÁB, Demétrio Magnoli

Justiça arquiva inquérito com base na LSN contra cartunista e jornalista

Marcelo Rocha

BRASÍLIA A juíza federal Pollyanna Kelly Alves, da 12ª Vara Federal em Brasília, determinou nesta quarta-feira (26) o arquivamento de inquérito aberto em junho do ano passado a pedido do então ministro da Justiça André Mendonça com base na LSN (Lei de Segurança Nacional) para investigar o cartunista Ricardo Noblat.

Para a magistrada, as condutas sob apuração se deram dentro do princípio constitucional do direito à livre manifestação do pensamento e de expressão.

Em junho do ano passado, Aroeira publicou uma charge em que associava o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) à suástica nazista, após o chefe do Executivo sugerir a seguidores que invadissem hospitais públicos para fiscalizar despesas. Noblat compartilhou a charge nas redes sociais.

Então titular da pasta da Justiça, o ministro André Mendonça, hoje Advogado-geral da União, pediu investigação à Polícia Federal sobre a conduta dos dois e sugeriu o enquadramento de ambos no artigo da LSN que trata de ofensas à honra do presidente e dos demais che-

fes de Poderes.

Em 17 de março deste ano, a procuradora Marina Selos Ferreira, de Brasília, pediu o arquivamento do caso, determinado agora pela Justiça.

"As condutas investigadas, tanto do cartunista que produziu a charge como do jornalista que a replicou, consistiam em exercício do direito à livre manifestação do pensamento e expressão", afirmou a juíza federal.

A magistrada disse que não há indícios mínimos de que as condutas de Aroeira e Noblat poderiam provocar lesão real ou potencial à integridade territorial, à soberania nacional ou ao regime democrático.

A charge e sua repostagem, disse ainda a juíza federal, "não são condutas idôneas para atingir a figura do chefe da nação, de modo a atingir a segurança e a integridade do Estado brasileiro".

Ela lembrou que a figura do presidente da República é símbolo da unidade e da existência nacional, mas que nem toda expressão injuriosa contra ele significa lesão real ou ameaça potencial apta à aplicação da LSN.

PF quanto durante o governo Bolsonaro. Vários desses inquéritos, como mostrou a Folha, foram abertos contra críticos do presidente.

Entre janeiro de 2019 e o início de abril deste ano, segundo informações da PF, foram 84 inquéritos instaurados com base no dispositivo. O número é quase o dobro dos quatro anos anteriores, período que inclui os mandatos de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB).

Em sua decisão, Pollyanna Kelly Alves ainda fez observações sobre a referência ao nazismo usada pelo cartunista. "A referência satírica ao 'nazismo' evidencia triste 'banalização do mal', como analisou Hannah Arendt", disse, fazendo referência à filósofa alemã e autora de clássicos como "Eichmann em Jerusalém" e "As Origens do Totalitarismo".

"Com efeito, todos que vulgarizam os hediondos 'nazismo', 'fascismo', 'racismo', 'genocídio', 'homofobia', 'misoginia' e 'semelhantes condutas e concepções de ódio às pessoas à própria humanidade, revelam ou uma ausência de conhecimento histórico ou um absoluto desrespeito ao imenso e intenso sofrimento das vítimas desses pavorosos crimes, bem como de desprezo por suas memórias."